



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Maíra Barbosa de Paiva Melo

**O Acordo Ortográfico de 1990 e a questão do tratamento dos
compostos em língua portuguesa**

Rio de Janeiro

2016

Maíra Barbosa de Paiva Melo

**O Acordo Ortográfico de 1990 e a questão do tratamento dos compostos em
língua portuguesa**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Flávio de Aguiar Barbosa

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

M528 Melo, Maíra Barbosa de Paiva.
O Acordo Ortográfico de 1990 e a questão do tratamento dos compostos em língua portuguesa / Maíra Barbosa de Paiva Melo. – 2016.
90 f.

Orientador: Flávio de Aguiar Barbosa .
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Ortografia e silabação - Teses. 2. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) – Teses. 3. Linguística de corpus – Teses. 4. Bechara, Evanildo, 1928-. Moderna gramática portuguesa – Teses. 5. Centro Filológico Clóvis Monteiro – Teses. 6. Língua portuguesa – Ortografia e silabação – História - Teses. I. Barbosa, Flávio de Aguiar. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Maíra Barbosa de Paiva Melo

**O Acordo Ortográfico de 1990 e a questão do tratamento dos compostos em
língua portuguesa**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção de título de Mestre, ao Programa
de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração:
Língua Portuguesa

Aprovada em 27 de abril de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Flávio de Aguiar Barbosa (Orientador)
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Luiz Claudio Valente Walker de Medeiros
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2016

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Ana Maria da Costa Barbosa de Paiva, que compreendeu meu humor oscilante.

A meu pai, Raimundo Nonato Cordeiro de Melo, que tanto me inspira com sua história de vida.

A meu namorado, Ramon de Carvalho Azevedo, que sempre esteve comigo e revisou esta dissertação.

A minha amiga Suzenne Kovacs da Costa, que tanto acreditou no meu projeto (até mais do que eu mesma).

A minha amiga Flávia Macedo Couto, que me deu forças compartilhando comigo sua experiência no mestrado.

A meu professor orientador, Flávio de Aguiar Barbosa, que suportou minha desorganização crônica e me ajudou a lidar com ela.

À professora Tania Shepherd, que me apresentou as possibilidades da Linguística de Corpus.

A minha avó, Ivonne da Costa Barbosa de Paiva, que olha por mim de onde estiver.

À Nha Chica, a quem recorro em orações em momentos de dificuldade.

A minha família e meus amigos como um todo, que compreenderam minha ausência nesse período de minha vida.

RESUMO

MELO, Máira Barbosa de Paiva. *O Acordo Ortográfico de 1990 e a questão do tratamento dos compostos em língua portuguesa*. 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Dentre as várias mudanças estabelecidas pelo novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), o padrão proposto para o uso de hífen em compostos se revelou uma das maiores dificuldades para os usuários da língua, tanto os comuns quanto os especialistas. Este trabalho visa a expor informações que orientem a diferenciação entre compostos e locuções, bem como quaisquer outras que auxiliem a compreensão (ou interpretação) das diretrizes da nova ortografia no que diz respeito ao uso de hífen em compostos. Tal exposição procederá de dúvidas que chegam ao e-mail do Centro Filológico Clóvis Monteiro (CEFIL) solicitando o serviço de consultoria linguístico-gramatical e um repertório de obras de referência sobre ortografia e outros domínios gramaticais que se verifiquem relevantes para o tema, com ênfase nas contribuições de Evanildo Bechara, porta-voz da Academia Brasileira de Letras no que se refere ao atual acordo ortográfico. Além disso, será feita uma indicação de uso de ferramentas da Linguística de Corpus que podem servir de subsídio para questão da diferenciação entre compostos e locuções.

Palavras-chave: Hífen. Compostos. AOLP. Ortografia. CEFIL.

ABSTRACT

MELO, Máira Barbosa de Paiva. *The 1990 Orthographic Accord and the issue of portuguese compounds' treatment*. 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Among the many changes brought about by the new Orthographic Agreement of the Portuguese Language (1990), the proposed standard for the use of hyphen in compound words proved to be a major difficulty for language users, both common as experts. This work aims to expose information to guide the differentiation between compound words and locutions, as well as any other to aid understanding (or interpretation) of the new spelling guidelines regarding the use of hyphenated compounds. Such exposure shall come from questions received by e-mail messages sent to Centro Filológico Clóvis Monteiro (CEFIL) requesting the linguistic-grammatical consultancy service and a repertoire of reference studies on spelling and other grammatical domains that are verified relevant to the topic, emphasizing the contributions of Evanildo Bechara, a spokesman for the Brazilian Academy of Letters concerning the current orthographic agreement. Besides, an indication of tools of Corpus Linguistics that can serve as a basis for the differentiation between compound words and locutions will be made.

Keywords: Hyphen. Compound words. AOLP. Spelling. CEFIL.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Webcorp.....	78
Figura 2-	Wordsmith Tools.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AOLP	Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
CEFIL	Centro Filológico Clóvis Monteiro
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
VOC	Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa
VOLP	Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa
VOP	Vocabulário Ortográfico Português

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA.....	15
1.1	A periodização da ortografia portuguesa.....	15
1.1.1	<u>O período fonético.....</u>	16
1.1.2	<u>O período pseudoetimológico.....</u>	19
1.1.3	<u>O período histórico-científico.....</u>	22
1.2	A Reforma Ortográfica de 1911 e seus desdobramentos.....	24
1.3	O acordo ortográfico de 1931 e seus desdobramentos.....	25
1.4	O acordo de 1945.....	27
1.5	O acordo de 1990.....	28
1.6	A ortografia hoje.....	30
1.7	Breve histórico do hífen e de seu emprego.....	32
2	OS PARÂMETROS ORTOGRÁFICOS ATUAIS PARA HIFENIZAÇÃO DE COMPOSTOS.....	34
2.1	O texto do Novo Acordo e do “acordo” anterior.....	34
2.2	A nota explicativa do VOLP.....	36
2.3	O Vocabulário Ortográfico do Português.....	38
2.4	O Vocabulário Ortográfico Comum.....	39
2.5	A recepção da nova ortografia e de sua aplicação no Brasil.....	40
3	UM PANORAMA DA COMPOSIÇÃO: GRAMÁTICAS, AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES.....	43
3.1	Gramáticas tradicionais.....	43
3.2	Gramáticas históricas.....	45
4	CLASSIFICAÇÕES DA PALAVRA COMPOSTA.....	49
4.1	Por características morfológicas.....	49
4.2	Por características semântico-expressivas de sua formação.....	50
4.3	Por características prosódico-ortográficas.....	51
4.4	Por características sintáticas.....	52
5	ABORDAGENS PARA O PROBLEMA DOS COMPOSTOS.....	54

5.1	Propostas de identificação de compostos.....	54
5.2	A proposta para grafia de compostos.....	55
5.3	A proposta para diferenciação entre termos homógrafos.....	56
6	EVANILDO BECHARA E O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO.....	58
6.1	Moderna Gramática Portuguesa (2009).....	58
6.2	O que muda com o novo acordo ortográfico (2008).....	61
6.3	Depoimentos.....	62
6.4	“Bechara responde”.....	66
7	AS QUESTÕES RECEBIDAS PELO SERVIÇO DE CONSULTORIA LINGUÍSTICO-GRAMATICAL DO CENTRO FILOLÓGICO CLÓVIS MONTEIRO (CEFIL/UERJ).....	70
7.1	O CEFIL.....	70
7.2	O Serviço de consultoria linguístico-gramatical	71
7.3	As dúvidas.....	72
7.3.1	<u>Ortografia de termos específicos</u>.....	72
7.3.2	<u>“Por quê?”</u>.....	74
8	POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA DE CORPUS.....	76
8.1	O WebCorp.....	76
8.2	WordsmithTools.....	79
8.3	O cálculo do Escore T.....	80
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS.....	86

INTRODUÇÃO

A origem do projeto

Em abril de 2012 iniciei minhas atividades como bolsista no Centro Filológico Clóvis Monteiro (CEFIL), centro de estudos de filologia, área pertencente ao departamento de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Filologia (LIPO) da UERJ. Para essa bolsa, relativa ao serviço de consultoria linguístico-gramatical, respondi inúmeras dúvidas relacionadas à norma-padrão da língua portuguesa. Ao fazer uma consulta ao livro *Fonética, fonologia e ortografia*, de Claudio Cezar Henriques, encontrei a seguinte citação, que me despertou para a complexidade do uso de hífen em compostos:

Nos dois últimos casos [em compostos de palavras da mesma classe e cujos elementos reunidos perderam seu significado original] é que repousam as maiores dificuldades do usuário, pois ao lado das regras há a subjetividade do uso, o julgamento sobre a existência ou não da composição, a decisão quanto aos valores do sintagma, etc. Por isso, nem sempre dois substantivos juntos justificam o uso do hífen (amigo-cachorro ou amigo cachorro / bairro-favela ou favela-bairro?) ou dois verbos (vaivém X vai-volta). O mesmo se pode dizer quanto à decisão sobre “a perda de seu significado original” (ponto-de-vista ou ponto de vista? / mato-sem-cachorro ou mato sem cachorro?) (HENRIQUES, 2007, p. 86).

Vale ressaltar que o livro não contemplava as alterações do atual acordo, utilizando como base a norma ortográfica de 1943. A essência das questões por ele propostas, no entanto, se mantém mesmo com a nova ortografia.

Ao preparar minha apresentação para o XVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, com o auxílio de uma tabela na qual eram registrados dados sobre as questões que chegavam ao CEFIL, pude perceber uma crescente demanda por parte dos consulentes sobre questões de ortografia, em especial relacionadas ao uso de hífen: das dezenove dúvidas catalogadas como ortográficas, catorze eram relacionadas ao uso de hífen e nove concernentes à nova ortografia. Seguem reproduções de dois e-mails exemplares dessas questões:

e-mail 1

A dúvida da vez:

loja-satélite ou

loja satélite

Sempre usei loja-satélite, com hífen.

Para isso parti do ponto que loja-âncora também recebe o hífen. Ou não? (CONSULENTE 1, 2012).

e-mail 2

Gostaria de tirar uma dúvida com vocês do CEFIL com relação à palavra clinicolaboratorial (ou clínico-laboratorial ou clínico laboratorial).

Por analogia, creio que o correto seja clinicolaboratorial (já que temos clinicopatológico, segundo o VOLP), mas não estou 100% certa disso. Vocês saberiam qual é o termo certo? (CONSULENTE 2, 2013).

Esses e-mails foram escolhidos para esta apresentação porque evidenciam um comportamento natural dos usuários da língua em situações de impasse, tendo em vista que os termos neles identificados como problemáticos não se encontram disponíveis para verificação em dicionários comuns nem no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP): buscar estruturas reconhecidas como semelhantes às que lhes causaram hesitação para replicar o padrão encontrado ao termo. Esse comportamento, apesar de se confirmar eficaz no caso do e-mail 1, não obteve sucesso para a situação do e-mail 2. Tal fracasso me levou a querer encontrar algo que de fato pudesse ajudar a orientar quem tivesse dúvidas ortográficas similares.

Acredito que o número de consultas que envolvem esse assunto tenha crescido dessa maneira principalmente por um motivo: a implacável contagem regressiva que deixava a população lusófona, particularmente a brasileira, cada vez mais próxima da obrigatoriedade do emprego das regras de um acordo ortográfico com o qual a maioria não tem, ainda hoje, intimidade. No entanto, a proximidade da adoção oficial da nova ortografia parece ter apenas despertado as pessoas para questões não especificamente relacionadas com as mudanças trazidas pelo acordo, vide a citação acima de uma obra de Henriques anterior à reforma, que, de certa forma, já abarca as dúvidas dos e-mails 1 e 2. Afinal, a grafia dos termos *loja-âncora* e *clínico-laboratorial* não foi alterada pelas novas diretrizes ortográficas.

Dentre as várias mudanças estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), o padrão proposto para o uso de hífen, particularmente em compostos, se revelou uma das maiores dificuldades para os usuários da língua, tanto

os comuns quanto os especialistas. Sua redação remete a conceitos de definição imprecisa, como a perda da noção de composição, ou, até mesmo, a delimitação do que é um composto.

A importância da ortografia

Em artigo intitulado “Como e quando interferir no comportamento linguístico do aluno”, Helênio Fonseca de Oliveira estabelece uma tipologia dos erros de comunicação, na qual distingue erros de linguagem em termos relativos e erros de linguagem em termos absolutos. Entre os deste tipo, o autor destaca o erro ortográfico. De acordo com ele,

Esse tratamento especial concedido à ortografia deve-se aos seguintes fatos: (1.º) o sistema ortográfico é o único aspecto do idioma inteiramente adquirido na escola, o que o torna mais artificial e rígido do que os demais subsistemas da língua; (2.º) a ortografia é matéria de lei no Brasil; (3.º) ela diz respeito exclusivamente à comunicação escrita. Esse conjunto de atributos impede, mesmo numa proposta flexível de ensino, de ser tratada com a mesma flexibilidade que os demais subsistemas. No aprendizado não faz sentido, pois, o binômio formal/informal. Se determinada palavra se grafa com “ch”, não é por estar empregada num texto informal que passará a escrever com “x”. A grafia tem de ser a mesma, seja num bilhete ou num relatório técnico (OLIVEIRA, 1999, p. 70).

Segundo Azeredo em *Escrevendo pela nova ortografia* (2008, p.13):

A ortografia de uma língua consiste na padronização da forma gráfica de suas palavras para o fim de uma intercomunicação social universalista, e só em casos excepcionais são admitidas duas grafias para uma mesma palavra.

Ainda segundo Azeredo (2008, p. 20):

O fato de existirem duas grafias oficiais da língua acarreta problemas na redação de documentos em tratativas internacionais e na publicação de obras de interesse público.

Daí a necessidade de um acordo ortográfico que unifique a escrita da língua portuguesa.

Com tudo o que foi exposto, fica evidente a importância do conhecimento da ortografia. Apesar disso, essa vertente do estudo da língua não tem recebido a devida atenção, nem no conteúdo programático das escolas, nem nas faculdades (a UERJ, por exemplo, não tem nenhuma matéria exclusivamente sobre ortografia). É preciso que haja uma revitalização dessas áreas, inclusive para que possa haver críticas e sugestões mais embasadas ao atual acordo que, de fato, possam ser úteis à língua portuguesa.

Objetivos

Este trabalho visa a expor informações que orientem a diferenciação entre compostos e locuções, bem como quaisquer outras que auxiliem a compreensão (ou interpretação) das diretrizes da nova ortografia no que diz respeito ao uso de hífen em compostos. Tal exposição procederá de dúvidas que chegaram ao e-mail do CEFIL solicitando o serviço de consultoria linguístico-gramatical e um repertório de obras de referência sobre ortografia e outros domínios gramaticais que se verifiquem relevantes para o tema, com ênfase nas contribuições de Evanildo Bechara, porta-voz da Academia Brasileira de Letras no que se refere ao atual acordo ortográfico.

Roteiro da Dissertação

Em primeiro lugar, será feito um histórico da ortografia da língua portuguesa, do primeiro período identificado por Ismael de Lima Coutinho em seu livro *Pontos de gramática histórica* (1974) até os dias de hoje.

Em segundo lugar, serão analisados textos normativos e de referência sobre palavras compostas, em especial a redação da Base XV, que dispõe sobre o uso de hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares, e da Nota explicativa do

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), além das especificações encontradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, organizado pela Academia Brasileira de Letras.

Em seguida, será feita uma exposição de consultas feitas em 2013 ao CEFIL concernentes ao uso de hífen em compostos. Tais consultas servirão como diretrizes para este trabalho ao indicarem as dificuldades encontradas nesse assunto por diferentes pessoas, tendo em vista que o serviço de consultoria linguístico-gramatical é direcionado tanto para pessoas da área quanto para a comunidade em geral.

Posteriormente será feito um levantamento de informações provenientes de textos e depoimentos do professor Evanildo Bechara, para depreensão de princípios orientadores para decisões sobre o uso de hífen em compostos.

Por fim, serão apontadas outras formas de tentar resolver os problemas identificados com o uso da linguística de *corpus*, particularmente a ferramenta *on line* WebCorp e um dos cálculos estatísticos propostos por Tony Berber Sardinha em seu livro *Linguística de Corpus* (2004), mais especificamente o Escore τ , que serve, a princípio, para distinguir as associações não aleatórias de palavras das associações aleatórias.

1 HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA

No “Dicionário de linguagem e linguística” é possível encontrar a seguinte definição no verbete de ortografia: “Um sistema padronizado para escrever uma determinada língua” (TRASK, 2011, p. 217). A padronização desse sistema é convencionada e não atende completamente à correspondência unívoca entre fonemas e grafemas. Segundo Gladstone Chaves de Melo:

Ortografia ideal de qualquer língua seria aquela em que a cada fonema correspondesse unicamente uma letra ou sinal gráfico, o que é irrealizável – em primeiro lugar, por causa da multiplicidade de caracteres que isso exigiria; em segundo, por causa das variedades regionais e até individuais de pronúncia (MELO, 1971, p. 228).

Essa impossibilidade gera a necessidade da utilização de certa arbitrariedade na escolha de formas e regras para o estabelecimento de uma grafia padrão. Cabe aos ortógrafos decidir, a princípio, entre critérios fonéticos e/ou etimológicos, como será fixada uma forma escrita.

É importante assinalar que as grafias das obras consultadas não foram atualizadas com vistas a uma melhor ilustração das variações ortográficas pelas quais a língua portuguesa passou ao longo do tempo. Ressalte-se como exceção *Cours de Linguistique Générale* (1949), de Ferdinand de Saussure, tendo em vista que a fonte para sua citação em *Pontos de gramática histórica*, de Ismael de Lima Coutinho, foi uma publicação em língua francesa.

1.1 A periodização da ortografia portuguesa

Ao longo do tempo, houve uma variação na importância dada a critérios fonéticos e a critérios etimológicos na elaboração do sistema ortográfico da língua portuguesa. Levando isso em consideração, Ismael de Lima Coutinho propôs em seu livro *Pontos de gramática histórica* uma periodização da ortografia portuguesa que tem sido

amplamente adotada por estudiosos da língua. Sua proposta divide a história em três períodos, nesta ordem: fonético (de 1196 até o final do século XV), pseudoetimológico (de 1489 ao começo do século XX) e histórico-científico (de 1904 em diante).

Em seu artigo “Ortografia da língua portuguesa: algumas considerações”, Luís Fernando Dias Pita (2001) adota a divisão feita por Coutinho, mas critica-a por considerar “a princípio que ela se constrói a partir de formulações que tomam por base apenas a história interna da língua, isolando as ortografias [...] dos panoramas de época nos quais vigoraram” (PITA, 2001, p. 65). Pita resgata o aspecto histórico-social deixado de lado por Coutinho e compõe um panorama que muito interessa a este estudo.

Esta seção será fundamentalmente pautada por esses dois autores, com valorosas contribuições de Francisco Edmar Cialdine Arruda e David Gonçalves Lavrado, entre outros, e dividida pelos três períodos identificados por Coutinho.

1.1.1 O período fonético

A grafia da fase arcaica da língua portuguesa visava a representar, da forma mais fiel possível, a língua falada: “escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido” (COUTINHO, 1974, p. 72). Segundo Coutinho, o objetivo dos escritores e copistas dessa época era, assim, “facilitar a leitura” (1974, p. 72). “Registravam a língua de acordo com a forma que compreendiam a pronúncia” (ARRUDA, 2012, p.1). Logo, as diferenças regionais, somadas à “influência embora pequena do latim”, à “negligência dos autores e copistas” e, ainda, em alguns casos, à “grafia castelhana”, resultaram em uma escrita na qual uma mesma palavra era comumente grafada de vários modos diferentes. Às vezes, isso ocorria inclusive em um mesmo documento. “Não havia um padrão uniforme na transcrição das palavras” (COUTINHO, 1974, p. 72).

Em artigo intitulado “História da Ortografia da Língua Portuguesa”, David Gonçalves Lavrado afirma:

[...] a grafia não era, por falta de sistematização, absolutamente fonética, porquanto havia palavras com mais de uma grafia, indecisões, emprego de um mesmo sinal com valores diversos [...].
 Conquanto não houvesse um padrão uniforme na escrita, a tendência era indiscutivelmente fonética [...] (LAVRADO, 2000, p. 131).

Vale ainda destacar o seguinte comentário de Arruda: “O mais curioso é que, apesar dessa confusão, esse período foi muito mais compreensível, em termos ortográficos, que o seguinte. Havia uma certa lógica no uso dos símbolos escolhidos” (2012, p.1.).

Cabe ainda salientar a presença, ainda que pequena, da etimologia na grafia da época. Nas palavras de Amini Boainain, em *História da língua portuguesa I*:

A ortografia arcaica era essencialmente fonética, embora raramente transparecessem tendências etimológicas na pena de alguns escribas, acostumados a trasladar e redigir documentos em latim medieval (HAUY, 1989, p. 32).

Segue aqui a análise da conjuntura histórica feita por Pita. O momento ortográfico em questão corresponde à Idade Média, época em que a sociedade se dividia em feudos e estava submetida a forte domínio da Igreja. Essa divisão privilegiava o isolamento, o que realçava as variações. Nas palavras de Pita, “realçar as diferenças lingüísticas é tomar uma suposta posição de independência em relação a um poder central” (PITA, 2001, p. 66). Além disso, o domínio da Igreja era, entre outras coisas, cultural e se impunha sobre os copistas. Portanto, sua “política de proscricção dos diversos falares romances”, devido à escolha do Latim como língua cristã oficial, é relevante na análise da ortografia da época. Vale ainda lembrar que nesse período há a separação do reino de Castela e a formação da nação portugalense, que têm como marco inicial o ano de 1128, começo da Dinastia Afonsina, o que levou Portugal a ser o mais antigo Estado-nação da Europa. Tal separação incentivou a “escrita para o ouvido”, pois “se tentava delimitar quais ouvidos deveriam ‘ler’ tais falares” (PITA, 2001, p. 66).

Há, no entanto, quem discorde dessa classificação como sendo fonética. Em artigo intitulado “escrita do cancionero da biblioteca nacional de Lisboa: fonética ou ortográfica?”, Gladis Massini-Cagliari critica a divisão binária que se costuma adotar para classificar uma ortografia, podendo esta ser considerada apenas fonética ou etimológica, diante do que, por eliminação, seria o primeiro período ortográfico

considerado fonético. Para a autora “o uso do termo ‘escrita fonética’ é bastante infeliz neste caso, pois traz sempre consigo, mesmo quando não se quer, a acepção de “transcrição fiel dos sons da fala” (1998, p.161), o que, conclui, não é o que acontece na escrita do CBN. Para ela,

[...] vários fatos observados na escrita do CBN atestam que, juntamente com o princípio acrofônico, outras forças estariam regendo o sistema, além do fato de a escrita do CBN basear-se na escrita latina (ortográfica e não fonética) como princípio de partida. Uma característica da escrita do CBN que prova que a representação do latim em escrita era bem conhecida e tomada como base pelos trovadores (ou pelos copistas) é a manutenção de certas abreviaturas que, segundo Bueno (1963, p. 117), eram comuns na escrita latina [...] (MASSINI-CAGLIARI, 1998, p.161).

Massini-Cagliari cita então fatos observados no CBN “que afastam a sua escrita de um princípio acrofônico puro” (1998, p. 162). São eles: “várias letras (ou letras acompanhadas de diacríticos) poderem ser usadas para representar o mesmo som” (1998, p. 162) – como o caso do [ɲ], que podia ser representado na escrita da época de cinco formas diferentes –; “a mesma letra poder representar sons diferentes” (1998, p. 164), – como as letras i e z, que, na hipótese da autora, poderiam, cada uma, representar dois sons diferentes –; “a possibilidade de representar de maneiras diferentes o mesmo fenômeno fonético não-segmental” (1998, p. 164) – como a nasalidade, que podia ser representada por til, consoante nasal ou aparecer sem marca nenhuma –; “a mesma letra (ou o mesmo grupo de letras) poder assumir funções diferentes, dentro do sistema de escrita adotado” (1998, p. 165) – como o H, que podia, após N, L e C, representar os sons de [ɲ], [λ] e [ʃ], funcionar como letra muda e representar algum som –; e “existirem diferentes grafias para a mesma palavra (às vezes até dentro dos limites da mesma cantiga)” (1998, p. 166), como rrẽ, ren, rẽ, rem, rren e rrem. Conclui então a autora “que há algo a mais atuando como força reguladora da escrita do CBN. Este ‘algo a mais’ consiste na consideração da noção de ORTOGRAFIA” (1998, p.168).

Usando como base Luiz Carlos Cagliari, ela considera que há, de fato, semelhanças entre o sistema ortográfico e o fonético: “o uso de um alfabeto, do princípio acrofônico e o ponto de partida para a representação – os sons da fala” (1998, p. 168). Assinala, entretanto, uma diferença que julga fundamental, que é “o

deslocamento da unidade básica: na escrita fonética, a unidade básica é o segmento; na escrita ortográfica, a palavra” (1998, p. 168-169).

1.1.2 O período pseudoetimológico

No artigo “Da hystoria da orthografia da ligoa portugueza”, Edmar Cialdine data do século XV o início da influência do Renascimento em Portugal. É válido reproduzir uma descrição sintética desse momento cultural proveniente do mesmo artigo:

O Renascimento foi um período entre o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, no qual houve uma ruptura na sociedade em vários aspectos: econômico, político e, principalmente, cultural. Foi o início das Grandes Navegações, do capitalismo, do antropocentrismo... No aspecto cultural, houve um resgate da cultura clássica, o que refletiu nas letras, impulsionando a criação de gramáticas das línguas nacionais com base nas gramáticas latinas e gregas. Grandes nomes dessa época são Leonardo da Vinci, Michelangelo e Rafael. Em Portugal temos, além de Camões, Gil Vicente e Sá de Miranda (ARRUDA, 2012, p. 2).

Para Coutinho, “mau grado a influência do latim se fazer sentir em nossa língua, em todo o decurso de sua história, é a partir do século XVI que ela se torna predominante” (COUTINHO, 1974, p.75).

Junto ao prestígio do conhecimento de escritores clássicos, romanos e gregos, houve também uma crescente valorização das línguas nacionais, devida à necessidade de regularizar sua ortografia. Ana Paula Fernandes atribui isso principalmente “a um aumento das publicações e de um público leitor” (FERNANDES, 2005, p. 4). Consequentemente, surgiram tentativas de “sistematizar a língua com base nas gramáticas gregas e latinas”, dando origem às “primeiras obras de referência sobre a língua portuguesa”, e de aproximar a nova ortografia “da palavra original em latim ou grego”, com o objetivo de ser dado “um tratamento etimológico à língua” (ARRUDA, 2012, p. 2). Neste ponto, cabe a reprodução o primeiro parágrafo da definição de *etimologia* do *Dicionário de linguagem e linguística*:

etimologia (etymology) – A origem e história de uma determinada palavra, ou o ramo da linguística que estuda esse assunto. Toda língua tem um vocabulário que contém muitos milhares de palavras, e cada uma dessas palavras tem sua

própria origem e história, isto é, sua própria *etimologia*. Os especialistas em etimologia se encarregam de descobrir a origem das palavras, uma por uma. Para fazer isso com sucesso, é necessário um prodigioso conhecimento da língua que está sendo pesquisada, e de cada uma das línguas vizinhas ou aparentadas de que possam ser tirados dados relevantes. Também é necessário o exame atento de todo tipo de documentos antigos, para evitar qualquer fragmento de informação que eles possam conter a respeito da palavra (TRASK, 2011, p. 101).

Se, como lembra Arruda, essa área da língua, ainda hoje “caminha por uma linha tênue entre o real e o imaginário”, com “obras que apresentam etimologias confusas, inexatas ou mesmo errôneas”, é de se esperar que naquele tempo não fosse diferente (ARRUDA, 2012, p. 2). Segundo Lavrado,

Não sendo usado o método da pesquisa etimológica, por desconhecimento na época, a grafia proposta continha complicações inúteis, porquanto estava cabalmente desvinculada dos princípios de evolução do idioma. As palavras de procedência grega apresentavam, então, grafias pretensiosas (LAVRADO, 2000, p. 131).

Esse é, portanto, o motivo para Coutinho ter classificado o segundo período da língua portuguesa como “pseudo-etimológico”. De acordo com ele,

O critério adotado pelos que seguem a grafia etimológica é respeitar, tanto quanto possível, as letras originárias da palavra, embora nenhum valor fonético representem.

[...]

Tão grande foi êsse influxo que não só os vocábulos novos entram para o nosso léxico com aspecto gráfico alatinado, mas também os que já tinham formas vulgares sofrem o travestimento etimológico (COUTINHO, 1974, p.75-76).

O autor também menciona a influência posterior do Romantismo, a qual deu origem a um novo “surto etimológico”; “desta vez, porém, muito mais funesto, porque não se procura a origem imediatamente no latim, mas através do francês, que se imita largamente” (COUTINHO, 1974, p. 76).

Em uma crítica ao sistema da época, afirma Coutinho:

Com a sua prática, fica vacilante a pronúncia, porque a presença das letras etimológicas deixa o leitor neófito quase sempre em dúvida sobre se deve ou não pronunciá-las. Não deixa isso de constituir um sério embaraço para quem deseja falar o português com correção, assim nacional como estrangeiro. (COUTINHO, 1974, p. 76)

Um exemplo disso são palavras com a consoante *g* inicialmente não pronunciada, como *digno*, que, no primeiro período ortográfico, já eram grafadas sem o *g* em conformidade com a pronúncia antiga, e, com a ortografia pseudoetimológica, não só o *g* voltou a ser escrito, como passou a ser também assinalado na fala, algo que perdura até os dias de hoje.

Sempre crítico a esse segundo período da ortografia, Coutinho resgata a seguinte citação de Saussure: “Importa porém, pouco que a simplificação do início seja ou não correta: é o próprio princípio da escritura etimológica que é errôneo” (Saussure, 1949, p. 50).

Ainda entre as citações de Coutinho, é importante reproduzir o seguinte trecho da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, a quem o autor tece elogios em seu *Pontos de gramática histórica*:

Estou de há muito convencido, e várias vezes o tenho dito pela imprensa, de que a denominada ortografia etimológica é uma superstição herdada, um erro científico, filho do pedantismo que na época da ressurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar, porque a leitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quasi sem protesto (VIANA, 1904, p. 8-9).

Na mesma obra, publicação que anunciou o fim desse período, Gonçalves Viana reproduz o seguinte trecho do prefácio de *Parnaso Lusitano*, obra que reuniu algumas das maiores produções literárias da época, no qual há uma formulação dos preceitos que regiam a aplicação do que se entendia naquele momento como ortografia etimológica:

- I. Conservar fielmente a ethymologia quando se lhe não oppõe a pronúncia.
- II. Combiná-la com a pronúncia quando ésta se oppõe á inteira conservação d'aquella.
- III. Nas palavras de raiz incógnita seguir o uso geral.
- IV. Não pôr accentos (agudo e circumflexo que são os unicos portuguezes) senão onde a palavra sem elles se confundiria com outra (AILLAUD, 1826, p. V).

Viana critica logo o começo da redação dos preceitos citados, no qual aponta um erro ortográfico – **ethymologia** por **etymologia** –, algo que, nas palavras do autor, “não abona muito a autoridade de quem os formulou”.

Segue, então, a avaliação de Pita. O segundo período da ortografia corresponde à Idade Moderna, marcada pelo movimento renascentista e pela transição do feudalismo para o capitalismo. De início, é natural atribuir ao Renascimento, por sua retomada dos padrões greco-romanos, a inclinação da época de usar critérios supostamente etimológicos para estabelecer o padrão ortográfico. Fernando Pita considera que restringir a esse fator a causa da ortografia desse período é fazer uma análise simplista. Para ele,

[...] os sistemas de produção cultural encontravam-se [...] alijados de todo o processo de transformações – a produção cultural renascentista era, ainda, quase toda patrocinada pela nobreza, sendo famosa a instituição do mecenato – e, portanto, refletiam a visão de mundo dessa mesma nobreza que, se por um lado começava já a sentir [...] a concorrência da burguesia como nova classe social; por outro, também se revoltava com a ingerência da Igreja na vida social (PITA, 2001, p. 67).

Para competir com a Igreja e “demarcar território”, a nobreza se utilizou de padrões greco-romanos, tanto na produção artística quanto na convenção ortográfica e, como a nobreza não era “suficientemente experiente para definir, com exatidão, quais dos elementos greco-romanos seriam de fato úteis na linguagem cotidiana” (PITA, 2001, p. 67), o período é denominado pseudoetimológico. Soma-se a isso também a exclusão das classes inferiores pela elitização da ortografia, que, quanto mais distante do padrão fonético, mais difícil se apresenta. É importante destacar que essa tendência se deu na Europa em geral, com exceção da Espanha, que, influenciada pela Contrarreforma e pela Inquisição, “realizou uma reforma ortográfica varrendo de si quase todos os traços renascentistas” (PITA, 2001, p. 67).

1.1.3 O período histórico-científico

Também conhecido como simplificado, esse período veio atender a uma necessidade da época. De acordo com Coutinho, “se [...] nunca houve padrão uniforme de ortografia entre os nossos escritores, às vezes de uma mesma época, nos últimos tempos o mal agravou-se de tal maneira que cada autor possuía uma grafia própria”

(1974, p.77). O autor aponta Verney, Morais e Castilho como precursores de tentativas de simplificação ortográfica cujos esforços, no entanto, “não lograram feliz êxito” (1974, p.77).

Conforme indica Lavrado, “a Lingüística em Portugal, com Adolfo Coelho, constituiu-se como ciência a partir de 1868, passando em decorrência, a ser seguros e confiáveis os resultados das investigações” (2000, p. 132). O foneticista Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, que, nas palavras de Coutinho, era “dotado de um ouvido delicadíssimo, capaz de perceber os mais leves matizes fonéticos” (1974, p.77-78), “foi o primeiro a aplicar, sistematizadamente, à grafia da língua portuguesa o tratamento histórico-comparativo” (LAVRADO, 2000, p. 132). Ainda segundo Lavrado:

Tomando por base a fonética histórica, isto é, considerando as normas a que se submeteram os sons latinos na passagem para o português (por isso o seu sistema é realmente etimológico e não aquele que, indevidamente, durante tanto tempo se utilizou desse nome), Gonçalves Viana publicou, em 1904, a sua notabilíssima *Ortografia Nacional*, ponto de partida de tudo quanto se fez posteriormente (LAVRADO, 2000, p. 132).

Coutinho menciona reações contrárias de pessoas tratadas por ele como “espíritos rotineiros”, cujos argumentos, segundo o autor, sem base científica, “caíram por si mesmos ou se desfizeram ante a análise serena e desapaixorada dos fatos” (1974, p. 78).

É válido reproduzir ainda a seguinte nota de Coutinho:

As pessoas pouco versadas nessa matéria costumam confundir grafia simplificada com grafia fonética. É mister que, de uma vez por tôdas, se saiba que são coisas diferentes. O sistema fonético baseia-se exclusivamente na pronúncia, ao passo que o simplificado, orientando-se pela pronúncia, não descarta também da etimologia e do elemento histórico (COUTINHO, 1974, p. 78).

Segue por fim a análise de Pita. Esse período corresponde à Idade Contemporânea, na qual se deu o fortalecimento da classe burguesa e o estabelecimento do capitalismo, que vigora até os dias de hoje. A burguesia se configurou inicialmente como uma classe composta por indivíduos que ascenderam socialmente e que, portanto, não faziam parte da elite cultural tradicional, formada pelo clero e pela nobreza. A possibilidade de mobilidade social e a conseqüente tendência à democratização são marcas do sistema capitalista. Logo, é natural que, nesse período,

como nos anteriores, sejam atendidos os anseios da classe dominante, o que resulta em um movimento direcionado à simplificação, que se dá tanto nas artes, com o romantismo, quanto na ortografia. O fato de essa mudança de paradigma ortográfico se dar tardiamente em Portugal comparado com o restante da Europa reflete, segundo o autor, o atraso socioeconômico desse país, que sustentou ao máximo um retrógrado modelo colonialista de exploração. Esse tipo de avaliação, que compara qualitativamente ortografias, no entanto, não é adequado segundo os padrões atuais dos estudos de língua.

1.2 A Reforma Ortográfica de 1911 e seus desdobramentos

O marco inicial do atual período ortográfico do português foi, como visto anteriormente, a publicação, em 1904, de “Ortografia nacional”, de Gonçalves Viana, obra fundamentada no método científico, que veio sistematizar, atualizar e, conseqüentemente, simplificar a ortografia. Vale aqui reproduzir o trecho em que são apresentados os princípios ortográficos estabelecidos pelo autor:

1. Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega, *th*, *ph*, *ch* (= *k*), *rh* e *y*.
2. Redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, que têm valores peculiares.
3. Eliminação de consoantes nulas, quando não influam na pronúncia da vogal que as preceda.
4. Regularização da acentuação gráfica (VIANA, 1904, p. 17).

Essa publicação serviu de base para a Reforma Ortográfica de 1911, inspirada nas ortografias espanhola e italiana, que se estabeleceu menos de um ano após a proclamação da República em Portugal. De acordo com José Pereira da Silva em seu artigo intitulado “Um século de ortografia oficial da língua portuguesa”, a característica transitória do governo da época, que era provisório, proporcionou que os trâmites fossem “bem mais simplificados do que seria em um regime republicano plenamente constituído, em que a burocracia é extremamente mais exigente e os processos muito mais lentos” (SILVA, 2011, p. 4).

No mesmo artigo, Silva afirma que, diferente do que se propagava, não houve discriminação dos brasileiros no fato de o Brasil não ter sido consultado na elaboração dessa reforma e justifica:

A unificação da ortografia em Portugal se deu como medida político-administrativa interna, tanto que foi resolvida pelo Ministério do Interior, para que as publicações oficiais, tanto administrativas quanto as que se destinariam às atividades docentes nas escolas, não continuassem no mesmo caos anterior, em que cada cidadão poderia, em princípio, seguir a norma ortográfica que desejasse (SILVA, 2011, p. 7).

Mesmo com muitas críticas, a proposta ortográfica portuguesa teve relevante aceitação no Brasil nos primeiros anos, de modo que em 1915, antes mesmo da adoção oficial da Reforma em Portugal, que só se deu em 1920, a Academia Brasileira de Letras acatou as sugestões do parecer de Silva Ramos, que visava a eliminar as divergências ortográficas entre Brasil e Portugal. Todavia, quatro anos depois essa resolução foi revogada. Sobre a reação dos dois países à reforma, declara Maurício Silva:

Confrontando as posições assumidas pelas duas nações em torno dessa reforma, pode-se concluir – genericamente – por uma inversão de perspectivas que denota muito bem o espírito de oposição que, em muitos sentidos, revelam a divergência de fundo que deveria existir entre brasileiros e portugueses: com todas as ressalvas que uma afirmação como esta requer, pode-se dizer que, enquanto no Brasil sua aceitação tenha sido relativamente grande na prática e bastante limitada na teoria, em Portugal ocorreria o inverso, tendo a mesma boa aceitação na teoria e pouca na prática, pelo menos durante os primeiros anos posteriores à sua realização (SILVA, 1999, p. 5).

Apesar dos fatores citados acima, é inegável que, mesmo sem intenção, a Reforma de 1911 contribuiu para o distanciamento ortográfico entre Brasil e Portugal, o que posteriormente levou ao primeiro acordo entre as nações, em 1931.

1.3 O acordo ortográfico de 1931 e seus desdobramentos

A verdadeira inclusão do Brasil, representado pela Academia Brasileira de Letras, não só na adoção de uma ortografia comum com Portugal como também em sua elaboração ocorreu em 1931, com o Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro. Sobre esse

acordo, é importante ressaltar o seguinte trecho do artigo “Reforma ortográfica e nacionalismo linguístico no Brasil”, de Maurício Silva:

Trata-se, contudo, de um acordo não totalmente isento de posicionamentos nacionalistas, já que se propunha a uma espécie de unificação total dos dois registros gráficos, abolindo toda e qualquer divergência nesse campo, propósito evidentemente inviável e utópico, como aliás seria reconhecido mais de meio século depois. As bases para o acordo foram apresentadas pela Academia brasileira e aprovadas pela Academia portuguesa, embora, a princípio, a idéia fosse conciliar as duas propostas até então existentes: a brasileira (1907/1912) e a portuguesa (1911). Apesar das boas intenções de ambas as partes e da disposição à concórdia, este primeiro acordo ortográfico entre Portugal e Brasil não surtiria o efeito esperado, como comprovam as divergências consignadas posteriormente no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Portugal, 1940) e no Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Brasil, 1943), ambos apresentando soluções próprias ao falar brasileiro e português, numa clara afronta às resoluções acordadas pelas duas academias (SILVA, 1999, p. 5).

Silva destaca ainda a importância dada por instituições brasileiras à iniciativa, vista como “um verdadeiro incentivo à consolidação de nosso sentimento nacionalista” (SILVA, 1999, p. 5), mesmo com seu fracasso. Em contrapartida, é citada também a oposição feita por intelectuais da época, “impulsionados pelo mesmo espírito nacionalista e antilusitano que vigorara durante a primeira década do século” (SILVA, 1999, p. 6).

Após um período de concordância entre as duas nações, que incluiu a organização de um vocabulário comum, a Constituição promulgada no governo Vargas, marcado por intenso nacionalismo, determinou em 1934 a volta ao sistema anterior, o que gerou discordância de várias entidades civis, profissionais e culturais, que criticavam a “intromissão do governo nos rumos da ortografia da língua” (SILVA, 1999, p. 6).

Após esse período, houve uma tentativa de retomada do acordo por meio de dispositivo governamental, o que, novamente, gerou uma reação contrária baseada

no fato de o governo avocar para si o direito de estabelecer regras de acentuação gráfica (artigo único) e publicar um vocabulário ortográfico (artigo segundo) independentemente de um eventual estudo do caso pelas Academia Brasileira de Letras e Academia de Ciências de Lisboa, numa clara afronta aos dispositivos previstos nos decretos anteriores e no próprio acordo de 1931, que versava no seu artigo terceiro sobre a necessidade de ambas as academias examinarem em comum acordo as dúvidas que porventura surgissem futuramente (SILVA, 1999, p. 7).

Após as divergências dos vocabulários das duas nações mencionadas anteriormente, um novo entendimento entre os dois países produziu em 1943 a Convenção Luso-Brasileira, da qual resultou a elaboração, pela Academia Brasileira de Letras, do Formulário Ortográfico da Língua Portuguesa, que diminuía a discrepância da ortografia do Brasil em relação à de Portugal.

1.4 O acordo de 1945

Em 1945, na Conferência Interacadêmica de Lisboa para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, foram estabelecidas as Conclusões Complementares do Acordo de 1931, cujas modificações foram tantas que equivaleram a uma nova reforma, com a proposta de “uma unificação ortográfica absoluta que rondava os 100% do vocabulário geral da língua” (AZEREDO, 2008, p. 105-106). É possível afirmar que, “apesar de o acordo procurar fazer algumas tímidas concessões a características lingüísticas do Brasil, reconhecendo a existência e o uso dos chamados *brasileirismos*” (SILVA, 1999, p. 9), houve um favorecimento à norma portuguesa. Dois de seus princípios são apontados na Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa como tendo sido inaceitáveis para os brasileiros:

- a) Conservação das chamadas consoantes mudas ou não articuladas, o que correspondia a uma verdadeira restauração destas consoantes no Brasil, uma vez que elas tinham há muito sido abolidas;
- b) Resolução das divergências de acentuação das vogais tônicas e e o, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, das palavras proparoxítonas (ou esdrúxulas) no sentido da prática portuguesa, que consistia em as grafar com acento agudo e não circunflexo, conforme a prática brasileira (AZEREDO, 2008, p. 106).

Além desse problema, havia ainda um fator econômico-ideológico decisivo para a desaprovação brasileira da proposta, como demonstra Pita em seu artigo:

Se as diferentes ortografias garantiram o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro, a conjugação deste verdadeiro lobby à política nacionalista do Estado

Novo garantiu a sua preservação e expansão, pois através da criação, em 1945, do Instituto Nacional do Livro formulou-se uma política de financiamento de edições, de concessão de bolsas de pesquisa para autores ditos “acadêmicos”, chegando-se inclusive à compra de edições inteiras para distribuição em escolas. Não por acaso foi escolhido, para primeiro presidente do INL, o escritor Mário de Andrade, célebre por suas discordâncias em relação à ortografia oficial e favorável à criação de uma “Língua Brasileira” e primeiro a manifestar-se a favor do rompimento do acordo ortográfico de 1945. Tal política garantiu a expansão do mercado consumidor de livros, garantindo o aumento do nosso parque gráfico e editorial (PITA, 2001, p. 70).

Tendo em vista os fatores acima dispostos, não é de se estranhar que o projeto de 1945 não tenha obtido sucesso no Brasil, recusado pelo Congresso Nacional brasileiro, e tenha sido adotado somente em Portugal, o que resultou em uma nova e também frustrada tentativa de acordo em 1975. Destaque-se a hipótese para esse fracasso aventada por Regina Schio em seu artigo “Algumas alterações ocorridas na ortografia portuguesa desde 1911 até o acordo de 2009”:

Tanto o fato de Portugal ter sido uma democracia recém-criada e cheia de problemas internos, enquanto o Brasil, no tempo das negociações, ainda se encontrava em regime de ditadura militar, como também a existência, em ambos os países, de demasiados problemas de outra natureza podem ter sido decisivos para impedir naquele momento um novo empenho oficial em questões ortográficas. Sejam quais tenham sido as razões, o resultado do projeto de 1975 foi nulo, ou seja, os resultados dos trabalhos apenas foram aproveitados para servir de base para projetos posteriores (SCHIO, 2012, p. 33).

É interessante mencionar ainda que, com o intuito de aproximar a norma ortográfica das duas nações, houve alterações em 1965 e 1971 na ortografia brasileira e, em 1973, na lusitana.

1.5 O acordo de 1990

Em 1986 começam a se apresentar as condições que propiciarão posteriormente o mais recente acordo. Nesse ano foi realizado, no Rio de Janeiro, o Encontro para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, onde estavam representados, pela primeira vez, além de Portugal e Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, cujos processos de independência tiveram início apenas no século XX. Na “Nota explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)”, destaca-se que

“com a emergência de cinco novos países lusófonos, os factores de desagregação da unidade essencial da língua portuguesa far-se-ão sentir com mais acuidade e também no domínio ortográfico” (AZEREDO, 2008, p. 104). Herculano de Carvalho menciona ainda a presença de observadores Galegos durante o encontro (CARVALHO, 1997, p. 41). Azeredo explica a ausência de dois países:

O negociador da Guiné Bissau não pôde comparecer por motivos alheios ao evento, e Timor-Leste ainda não era uma república independente (o referendo pela independência do território, então sob domínio Indonésio, data de 1999, e seu primeiro presidente foi escolhido em eleições livres em 2001) (AZEREDO, 2008, p. 23).

O resultado desse encontro foi uma proposta de “unificação ortográfica em cerca de 99,5% do vocabulário geral da língua” (AZEREDO, 2008, p. 105), número muito elevado para uma adoção pacífica. Soma-se a isso o rechaço por parte dos portugueses, para quem “pareceu ter havido, da parte dos organizadores, ‘cedência’ às posições brasileiras” (NEVES, 2010, p. 110). A consequência foi a reprovação geral do projeto.

Com a inclusão da delegação da Guiné Bissau, foi firmado em Lisboa o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em 1990, posteriormente havendo a adesão do Timor Leste. Menos radical que o anterior, unificando 98% da ortografia da língua, “procura atender de forma mais satisfatória às necessidades dos diferentes países que usam o português como língua de cultura”. Algumas duplas grafias, por exemplo, foram mantidas, respeitando-se a fonética, que foi privilegiada em detrimento da etimologia.

O Brasil nessa época, e até os dias atuais, não passa particularmente por um momento nacionalista, o que contribui para uma maior facilidade de aceitação do projeto. Somem-se a isso razões econômicas descritas por Pita:

O atual desenvolvimento do nosso parque gráfico e editorial pode nos permitir a conquista de mercado externo e, então, a política de “reserva de mercado” praticada desde o início do século passa a constituir entrave na conquista do restante do mercado de língua portuguesa – que hoje em dia não se entende apenas como Portugal, mas também as nações africanas e asiáticas – ex-colônias.

Esta busca de transnacionalização do mercado editorial – e também de todas as áreas de conhecimento nas quais a palavra escrita tenha fundamental relevância, como imprensa, música, etc. – se coaduna com a tendência globalizante vivida no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Contrastando com o que se fez na transição da Idade Média para a Moderna, agora cabe anular as diferenças para demarcar território (PITA, 2001, p. 70).

Além disso, uma proposta simplificadora como essa facilita o aprendizado tanto da comunidade interna da língua portuguesa, podendo tornar-se uma importante ferramenta no combate ao analfabetismo, quanto da comunidade externa, o que ajudaria no objetivo de propagação da língua.

Maria Helena de Moura Neves chama ainda atenção para outra vantagem do acordo:

[...] o significado que essa fixação ortográfica explicitamente nomeada como “Acordo” terá, no sentido da garantia que dá de que documentos e registros possam ser oficialmente catalogados, na comunidade internacional, como material escrito “em língua portuguesa”, sem catalogação adicional referente a nenhuma nação particular cuja lei balize os registros gráficos adotados (NEVES, 2010, p. 110).

1.6 A ortografia hoje

Em artigo para seu blog no *site* da revista *Língua Portuguesa* intitulado “Ortografia do português: fonológica ou etimológica?”, Aldo Bizzocchi tece diversas críticas ao sistema ortográfico da língua portuguesa. Logo no início, o autor faz uma ressalva importante: para ele a oscilação que sempre existiu na ortografia do português é entre grafia etimológica e grafia fonológica, “erradamente chamada de ‘fonética’, já que o sistema ortográfico deve representar os fonemas da língua, isto é, as unidades distintivas de significado, e não os infinitos e instáveis sons da fala” (BIZZOCCHI, 2013, s.p.). Segundo Bizzocchi, como um idioma é um misto de “instrumento de comunicação e patrimônio histórico e cultural de um povo”, “tem-se procurado, na maioria das línguas europeias, um meio-termo entre as duas” (2013, s.p.). Como exemplo são citadas a substituição do “ph” por “f” e a manutenção da distinção entre “ss” e “ç”.

Para o autor, “o problema são as opções feitas pelos elaboradores de reformas ortográficas sobre o que deve ser mantido e o que deve ser simplificado” (BIZZOCCHI, 2013, s.p.). É citado então o caso de *estender* e *extensão*, de acordo com ele justificado por Bechara por ser a primeira palavra hereditária – “que já fazia parte do acervo lexical dos primeiros falantes do português” (2013, s.p.) – e ser a segunda empréstimo erudito

– devendo, portanto, ser escrita com “x”. Conclui: “ou seja, na palavra vernácula deve prevalecer o critério fonológico, enquanto no termo culto deve ser aplicada a regra etimológica” (2013, s.p.). No entanto, Bizzocchi argumenta que “‘extensão’ não é mais, rigorosamente, palavra culta, mas semiculta, pois sofreu metaplasmo (cujo nome técnico é ‘metamorfismo’) que igualou sua pronúncia à de ‘estender’” (2013, s.p.).

Segundo ele, “em alguns casos, as reformas ortográficas anteriores normalizaram com base na etimologia grafias oscilantes” (BIZZOCCHI, 2013, s.p.). Para demonstrar isso, apresenta o caso de *portuguez* e *embriaguez*, ambas escritas com “z” até 1943, quando se convencionou “que ‘português’ deveria ser com ‘s’, já que nosso sufixo ‘ês’ provém do latino ‘ensis’, enquanto o sufixo ‘ez’ de “embriaguez” vem do latim ‘ities’” (2013, s.p.).

Sobre a atual ortografia, o autor apresenta, junto ao já mencionado *estender*, o caso de *texto* e *misto*. Ambas as palavras nos chegaram por via erudita, mas só a primeira é escrita com “x”. De acordo com ele,

A regra aí é que “x” só se manteve em vocábulos cultos quando precedido de “e” (por isso “texto” e também “dextrose”), mas converteu-se em “s” quando em termos vernáculos (por isso, “destreza”) ou em termos cultos em que não é precedido de “e” (por isso, “misto”) (BIZZOCCHI, 2013, s.p.).

Por fim, Bizzocchi conclui que “mantivemos a grafia etimológica em alguns casos, mas não em outros. E o critério usado para determinar quais casos são esses permanece obscuro” (2013, s.p.).

A atual ortografia vem sofrendo diversas críticas. Além do autor acima citado, merece destaque o movimento de contestação ao novo acordo Acordar Melhor, cujo líder, o professor Ernani Pimentel, deu um depoimento para a matéria de Luiz Costa Pereira Junior sobre problemas da escrita do português no Brasil, “O equilíbrio da grafia”, inicialmente publicada na revista *Língua Portuguesa* e reproduzida no jornal eletrônico *Contraponto*.

Para Pimentel, “o principal problema ortográfico reside na falta de lógica e na indecisão que permeia o espírito de suas regras [do acordo]” (PEREIRA JR, 2012, p. 20). Ele ilustra seu comentário com o uso do “h” mudo no início de palavras. Segundo o professor,

Se a tendência tem sido eliminar da grafia as consoantes que deixaram de ser pronunciadas, por que não se elimina a letra h nesses casos? Por motivos etimológicos não faz sentido, pois a etimologia foi enterrada quando se retirou das escolas o latim. Por motivações semânticas não se justifica, pois a língua convive bem com homógrafos, como "manga" (camisa) e "manga" (fruta). Em segundo lugar, há contradições quando se escreve "anti-humano" e "desumano", com ou sem hífen e h, um exemplo apontando para a necessidade de preservar essa letra e outro para sua extinção. A lógica, que não pode faltar na didática, sob pena de torná-la ineficaz, indicaria ou só "anti-humano" e "desumano" ou só "antiumano" e "desumano" (PEREIRA JR, 2012, p. 20).

Cabe aqui a ressalva de que a ausência do latim nas escolas não é justificativa para se afirmar que a etimologia “foi enterrada”. Como já foi visto nesta seção, a atual ortografia une a influências fonéticas (ou fonológicas, ou ortográficas, dependendo da visão que se adote) influências etimológicas, e esse uso do “h” não é o único caso, como também já foi visto aqui.

Pimentel, no entanto, apresenta uma proposta interessante:

O que precisa mudar é o espírito das regras para que não sejam decoradas, mas entendidas e apreendidas logicamente. É necessário que se organize um mínimo de regras, talvez um quarto das atuais, que sejam concatenadas, sem exceções nem duplas grafias (PEREIRA JR, 2012, p. 21).

Na mesma matéria, José Carlos de Azeredo argumenta que “a força do uso e a tradição justificam o h de ‘humano’”. Para ele, “nossas dificuldades ortográficas são tributáveis menos à ortografia do que a fatores pedagógicos, sociais, culturais e ao despreparo dos alfabetizadores” (PEREIRA JR, 2012, p. 20).

Pereira Júnior então conclui:

A reforma ortográfica é melhor do que seus críticos a pintam e pior do que os adeptos defendem. A debilidade educacional brasileira não pode mascarar a ineficiência de uma mudança nem a reforma pode ser deixada de lado por ser menos "lógica" do que deveria (PEREIRA JR, 2012, p. 22).

1.7 Breve histórico do hífen e de seu emprego

Segundo o dicionário *Houaiss* (2009), a entrada no léxico da língua portuguesa da palavra *hífen* remonta ao ano de 1576. A determinação oficial de seu uso na grafia de compostos, no entanto, só se deu muito depois. Em artigo intitulado “A hifenização

em português”, publicado no número 28 da IDIOMA (2015), Antonio Martins de Araújo e Toru Maruyama descrevem um panorama do uso desse sinal que servirá como base para esta seção.

Segundo os autores, inicialmente, o hífen apresentava a seguinte forma, totalmente distinta da que é conhecida atualmente, que pode ser descrita como um ômega reverso: (Ω̄). O pequeno traço (-) que hoje em dia é utilizado para representá-lo servia apenas para translineação de palavras, o que demonstra a especificidade dos sinais diacríticos da época, trazidos do grego e do latim em profusão pelos primeiros ortógrafos. A etimologia da palavra atesta a concepção grega do sinal. *Hífen*, segundo Houaiss (2009, s.v.), vem do grego *huphén*, pelo latim tardio *hyphen*. Em grego, a palavra era advérbio que significava ‘juntamente’; isso mostra que a função de junção, ligação, está presente no conceito da palavra desde sua origem.

Duarte Nunes do Lião, em “Tratado dos Pontos das Cláusulas” (1576), atribuiu a função de ligação vocabular a outro sinal, “parecido com um minúsculo acento circunflexo reverso, de pontas um pouco recurvadas” (√), sinal que ainda possuía outra função além da ligação de palavras em compostos, “a de juntar sílabas que se desgarravam na manuscricção ou na composição tipográfica”.

Em “Orthographia /ou/ Arte de Escrever, /e/ Pronunciar com Acerto /a/ Lingua Portuguesa” (1802), Madureyra Feyjó, num período em que já se usava uma terceira forma para o hífen, “um v minúsculo ladeado por dois tracinhos”, simplificou atribuindo ao tracinho da translineação (-) a ligação de radicais em compostos: “Hoje para se evitar o trabalho de estarmos figurando este accento (-v-), usamos em seu lugar de uma só risquinha no meio das palavras que se devem unir: v. g. passa-tempo, guarda-porta, etc.” (FEYJÓ, 1802. p. 123). Dessa forma, estabeleceu-se a forma do hífen que adotamos atualmente.

2 OS PARÂMETROS ORTOGRÁFICOS ATUAIS PARA HIFENIZAÇÃO DE COMPOSTOS

2.1 O texto do Novo Acordo e do “acordo” anterior

Sobre a questão do hífen, vale reproduzir aqui alguns trechos da Base XV, que dispõe sobre seu uso em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares:

1º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: ano-luz, arcebispo-bispo, arco-íris, decreto-lei, és-sueste, médico-cirurgião, rainha-cláudia, tenente-coronel, tio-avô, turma-piloto; alcaide-mor, amor-perfeito, guarda-noturno, mato-grossense, norte-americano, porto-alegrense, sul-africano; afro-asiático, afro-luso-brasileiro, azul-escuro, luso-brasileiro, primeiro-ministro, primeiro-sargento, primo-infeção, segunda-feira; conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva.

Obs.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.

[...]

3º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde; benção-de-deus, erva-do-chá, ervilha-de-cheiro, fava-de-santo-inácio, bem-me-quer (nome de planta que também se dá à margarida e ao malmequer); andorinha-grande, cobra-capelo, formiga-branca; andorinha-do-mar, cobra-d'água, lesma-de-conchinha; bem-te-vi (nome de um pássaro).

6º) Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:

- a) Substantivas: cão de guarda, fim de semana, sala de jantar;
- b) Adjetivas: cor de açafraão, cor de café com leite, cor de vinho;
- c) Pronominais: cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja;
- d) Adverbiais: à parte (note-se o substantivo aparte), à vontade, de mais (locução que se contrapõe a de menos; note-se demais, advérbio, conjunção, etc.), depois de amanhã, em cima, por isso;
- e) Prepositivas: abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, debaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a;
- f) Conjuncionais: a fim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto que (ACADEMIA, 2009, p. XXVI-XXVII).

Vale destacar que os exemplos de exceções com formas de ligação em que se mantém o hífen, em sua maioria (excetuando-se “pé-de-meia”), foram reproduzidos dos exemplos de uso de hífen do acordo de 1945, adotado somente em Portugal. À exceção de “ao deus-dará” e “à queima-roupa”, que figuravam como locuções cujos componentes têm hífen, esses exemplos estavam normalmente dispostos entre outras palavras compostas sem nenhuma ressalva no texto de 1945. Ressalte-se ainda que, ao exemplificar essas exceções, o termo “água-de-colónia” é grafado apenas em sua forma correspondente à variedade lusitana da língua portuguesa, não havendo menção, como há no resto do acordo, à forma correspondente à variedade brasileira, “água-de-colônia”, na qual o timbre da sílaba tônica “lô” é fechado. Atente-se ainda ao fato de que o 6º item tem redação muito semelhante ao trecho referente a locuções das bases analíticas do acordo ortográfico de 1945. Segue a reprodução do texto para comparação:

Convém observar, a propósito, que as locuções onomásticas (as quais diferem dos compostos onomásticos como quaisquer locuções diferem de quaisquer compostos, isto é, por não constituírem unidades semânticas ou aderências de sentidos, mas conjuntos vocabulares em que os respectivos componentes, apesar da associação que formam, têm os seus sentidos individualizados) dispensam, sejam de que espécie forem, o uso do hífen, sem prejuízo de este se manter em algum componente que já de si o possua: América do Sul, Beira Litoral, Gália Cisalpina, Irlanda do Norte; Coração de Leão, Demónio do Meio-Dia, Príncipe Perfeito, Rainha Santa; etc. Estão assim em condições iguais às de todas as locuções do vocabulário comum, as quais, a não ser que algum dos seus componentes tenha hífen (ao deus-dará, à queima-roupa, etc.), inteiramente dispensam este sinal, como se pode ver em exemplos de várias espécies:

- a) locuções substantivas: alma de cântaro, cabeça de motim, cão de guarda, criado de quarto, moço de recados, sala de visitas;
- b) locuções adjectivas: cor de açafraão, cor de café com leite, cor de vinho (casos diferentes de cor-de-rosa, que não é locução, mas verdadeiro composto, por se ter tornado unidade semântica);
- c) locuções pronominais: cada um, ele próprio, nós mesmos, nós outros, quem quer que seja, uns aos outros;
- d) locuções adverbiais: à parte (note-se o substantivo aparte), de mais (locução a que se contrapõe de menos; note-se demais, advérbio, conjunção, etc.), depois de amanhã, em cima, por certo, por isso;
- e) locuções prepositivas: abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, debaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a;
- f) locuções conjuncionais: a fim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto como (BRASIL, 12/12/1945, p. 8.).

Essa parte do acordo de 45 é mais completa que a parte equivalente do acordo atual, pois tenta diferenciar locuções onomásticas de compostos onomásticos, ainda

que por critérios semânticos imprecisos que não auxiliam a distinção prática entre os dois. Em contraste, fica parecendo que o texto do acordo atual é vacilante e quem o escreveu teve receio de expressar conceitos de tão difícil definição, ainda mais com as novas alterações ortográficas.

Em nenhum dos dois acordos é citada alguma expressão que anteriormente era grafada com hífen e passou a ser escrita separadamente, como “pé de moleque”. Exemplos de expressões desse tipo não são dados em nenhuma parte do atual acordo.

Apesar dos problemas gerados pelas exceções acima dispostas, que contam com alguns exemplos, mas não estão bem definidas, o Anexo II, Nota explicativa do Acordo de 1990, ignora qualquer problema oriundo desse trecho do acordo:

Sintetizando, pode dizer-se que, quanto ao emprego do hífen nos compostos, locuções e encadeamentos vocabulares, se mantém o que foi estatuído em 1945, apenas se reformulando as regras de modo mais claro, sucinto e simples. De facto, neste domínio não se verificam praticamente divergências nem nos dicionários nem na imprensa escrita (ACADEMIA, 2009, p. XLII).

A referência ao que “foi estatuído em 1945” não se revela eficaz para os usuários brasileiros da língua, tendo em vista que a ortografia proposta naquele ano foi adotada somente em Portugal, tendo sido mantido no Brasil o padrão de 1943. Além disso, não há no texto de 1945 referência explícita à restrição do hífen a “palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação”, muito menos à exceção feita às “que designam espécies botânicas e zoológicas” e às “consagradas pelo uso”; estas constavam apenas como exemplos de palavras compostas hifenizadas na ortografia de 1945. Daí a pequena ressalva de que as regras foram reformuladas “de modo mais claro, sucinto e simples”. A impressão que dá àquele que consulta o texto dos dois acordos, no entanto, é a de que se tentou adaptar o texto do acordo anterior às mudanças do novo acordo, gerando para este uma redação truncada e pouco esclarecedora.

2.2 A nota explicativa do VOLP

A ABL é a instituição que representou o Brasil no atual acordo e a responsável pela publicação da obra máxima de referência ortográfica do país, o VOLP. Esse foi, portanto, o motivo da escolha do VOLP como uma das bases para este trabalho.

Em meio às questões suscitadas pelo texto do novo acordo, a Comissão de Lexicografia e Lexicologia se reuniu para deliberar sobre como proceder na elaboração do VOLP respeitando o Acordo de 1990 e seu Anexo II. Os procedimentos metodológicos adotados por essa comissão foram publicados em Nota Explicativa do VOLP. Nessa nota ainda não é explicitada a mudança de grafia de lexias como “pé de moleque”, que aparece na nota editorial da publicação:

2) Não se emprega o hífen nos compostos por justaposição com termo de ligação, como pé de moleque, folha de flandres, tomara que caia, quarto e sala, exceto nos compostos que designam espécies botânicas e zoológicas, como ipê-do-cerrado, bem-te-vi, porco-da-índia, etc. (ACADEMIA, 2009, p. LV).

Esse item pode ser considerado incompleto, pois menciona como exceções de compostos com termo de ligação em que o hífen é usado apenas aqueles que designam espécies botânicas e zoológicas, silenciando sobre exceções já consagradas pelo uso como “água-de-colônia”.

O que se pode inferir, portanto, ao se analisarem esse trecho e o primeiro e o sexto itens da base XV do atual acordo é: “folha de flandres” continua sendo considerado composto por justaposição, apenas se exclui o hífen de sua grafia devido ao elemento de ligação; e “arco-da-velha”, mesmo com hífen, passou a ser classificada como locução, uma exceção que deve ser hifenizada. Lembrando ainda a diferenciação feita entre locuções e compostos no acordo de 1945, essa categorização de estruturas como “calcanhar de aquiles” faria sentido levando-se em consideração exclusivamente o critério semântico, pois, de fato, constituem unidades semânticas ou aderências de sentidos, mas estruturas como “água-de-colônia”, excetuando-se “cor-de-rosa”, não são conjuntos vocabulares em que os respectivos componentes, apesar da associação que formam, têm os seus sentidos individualizados. Destaque-se ainda que, tradicionalmente, o VOLP e a maioria dos dicionários gerais não atribuem entradas a locuções, mas, na atual edição do VOLP, “pé de moleque” e termos do mesmo tipo continuam a constituir entradas da obra. Por outro lado, “água-de-colônia” e seus pares também constituem entradas na publicação. Resta saber se houve de fato a intenção

de uma redação que levasse a tais inferências e se o que se infere será adotado oficialmente. Vale ressaltar que, diferente do Vocabulário Ortográfico Português (VOP), que abona também a grafia sem hífen de exceções como “água de colónia”, o VOLP registra apenas a grafia dessas exceções com hífen.

2.3 O Vocabulário Ortográfico do Português

Vale então comparar as decisões dos dois vocabulários. No *site Portal da língua portuguesa*, é possível encontrar, dentre outros, os seguintes critérios de aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) para a elaboração do Vocabulário Ortográfico do Português:

Locuções

As locuções substantivas escrevem-se por princípio geral sem hífen (mantendo separados por espaço os seus elementos). Esta regra implica que passem a escrever-se sem hífen a generalidade das sequências constituídas por um nome seguido de preposição e de outro nome: dia a dia, cor de vinho, fim de semana. O VOP atesta todas as locuções registadas na sua principal obra de referência, o Vocabulário da Língua Portuguesa de Rebelo Gonçalves; deve assumir-se que são escritas sem hífen as locuções não atestadas no VOP. Por lhes ser feita referência explícita no texto do AO, são registadas no VOP com hífen as seguintes exceções: arco-da-velha, água-de-colónia, cor-de-rosa, mais-que-perfeito e pé-de-meia. Para todas elas o VOP assume como também aceitáveis variantes (não preferenciais) sem hífen.

Constituem exceção à regra geral, sendo os seus elementos sempre unidos por hífen, os nomes que designem espécies zoológicas e botânicas: bico-de-papagaio (flor), cabeça-de-prego (inseto), mas bico de papagaio (espondilose), cabeça de prego (termo da gíria tipográfica).

[...]

Outros compostos, unidades discursivas lexicalizadas e encadeamentos vocabulares

O uso do hífen em sequências deste tipo não sofre alteração. Seguiu-se o princípio lexicográfico de não hifenizar grupos de palavras que se comportem como sequências sintáticas livres, por vezes registadas com hífen em obras lexicográficas mais recentes. Encontram-se registados no VOP todos os compostos hifenizados atestados no Vocabulário da Língua Portuguesa de Rebelo Gonçalves e no texto do AO (CONSULTORES do VOP, 2012, s.p.).

Em primeiro lugar, é possível notar, à primeira vista, que as especificações de critérios do VOP são bem mais sucintas do que as do VOLP. Seria válido atribuir isso à

proximidade que há, nesse quesito, entre o atual acordo e o de 1945, adotado em Portugal, citada no Anexo II do novo Acordo.

Há, no entanto, no VOP citação explícita das exceções de locuções grafadas com hífen, como “água-de-colónia”, o que não se encontra nem na Nota Explicativa, nem na Nota Editorial do VOLP. Inclusive para essas é feita uma ressalva que resulta no ponto que causa divergência entre VOP e VOLP: “para todas elas o VOP assume como também aceitáveis variantes (não preferenciais) sem hífen” (CONSULTORES do VOP, 2012, s.p.). No VOLP, estão registradas apenas as formas com hífen dessas palavras. Tal procedimento reforça a hipótese de esses termos serem considerados, de fato, como locuções, independentemente da grafia.

Já em relação às locuções não hifenizadas, é afirmado que a regra de que “as locuções substantivas escrevem-se por princípio geral sem hífen” “implica que passem a escrever-se sem hífen a generalidade das sequências constituídas por um nome seguido de preposição e de outro nome”; no entanto, são dadas como exemplo duas locuções (“cor de vinho” e “fim de semana”) que já constavam na lista de exemplos de locuções não hifenizadas do acordo ortográfico de 1945 e não passaram a escrever-se sem hífen após o novo Acordo em Portugal, sendo apenas “dia a dia” um exemplo novo.

2.4 O Vocabulário Ortográfico Comum

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), patrocinado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, coordenou a organização do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), disponível para consulta no endereço eletrônico voc.cplp.org, descrito em sua apresentação como

s.p.). mente (INSTITUTO, 2015,

Vale destacar, ainda, a abrangência do vocabulário:

O VOC vem integrando gradualmente o vocabulário ortográfico nacional (VON) de cada país da CPLP, após validação política e conformação com uma metodologia comum, tendo sido até agora feita a cedência ao IILP, para integração no VOC, dos VON de Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-Leste (INSTITUTO, 2015, s.p.).

Tendo em vista a divergência anteriormente salientada entre Brasil e Portugal na interpretação do acordo para a realização de seus respectivos vocabulários ortográficos, no que diz respeito às exceções consagradas pelo uso apresentadas sexto item da base XV, é interessante observar como o VOC procedeu para resolver esse impasse. Contrariando o VOLP, o Vocabulário Ortográfico Comum incluiu, por exemplo, “água de colônia” como grafia abonada para o Brasil.

2.5 A recepção da nova ortografia e de sua aplicação no Brasil

Assim como o Acordo Ortográfico de 1990 sofreu duras críticas difundidas pela imprensa, sempre ávida por polêmicas, era de se esperar que também a nova edição do VOLP enfrentasse essa tendência à ênfase ao criticismo. Em 21/12/2012, o jornal Estado de Minas publicou uma matéria intitulada “Linguista aponta falta de amadurecimento no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”, na qual a professora doutora Maria Helena de Moura Neves, lexicógrafa responsável pelo *Guia de usos do português contemporâneo* e coautora do *Dicionário UNESP do português contemporâneo*, aponta o que considera como problemas nessa edição do VOLP e o professor doutor Evanildo Bechara, um dos principais responsáveis pela representação brasileira na elaboração do atual acordo e membro da Comissão de Lexicografia e Lexicologia da ABL, responde aos comentários da professora. Além de censurar a falta de respaldo do dicionário a algumas palavras muito usadas como “macrorregião”, ao que Bechara rebate afirmando que “nenhum dicionário de língua alguma contém todas

as palavras existentes nesse idioma”, Neves reprova a publicação em si de um vocabulário ortográfico elaborado apenas pela ABL.

Ao discorrer sobre seu posicionamento, a professora explica que a lista do vocabulário da nova ortografia, a princípio, seria feita por estudiosos do Brasil e de Portugal, ou seja, as duas academias se reuniriam e fariam esse vocabulário ortográfico.

Os estudiosos decidiriam sobre aqueles pontos em que o acordo não deixou as coisas muito claras, por exemplo, na hora de pôr certos hífens, os dois lados resolveriam, palavra por palavra, como deveria ser escrito. A partir do momento em que se soltasse a publicação [Volp], não ficaria mais dúvida nenhuma, porque todas as palavras da língua estariam registradas lá (AGÊNCIA Brasil, 2012, s.p.).

Para a professora, a ABL adiantou-se ao lançar o texto em 2009 sem a coautoria da Academia de Ciências de Lisboa, que representa Portugal, rompendo, de certa forma, o acordo entre as duas nações.

Bechara discorda das afirmações da professora:

Nunca houve nenhum vocabulário ortográfico único entre as duas academias. Ambas sempre publicaram os seus vocabulários ortográficos separadamente, e é por isso que só agora a Academia das Ciências de Lisboa concluiu o seu texto, de acordo com as bases de 1990 (AGÊNCIA Brasil, 2012, s.p.).

O argumento de Bechara se fundamenta em fato verídico, mas não é válido, pois também nunca antes se conseguiu efetivamente unificar a ortografia da língua portuguesa e, portanto, é lógico que nunca tenha havido “nenhum vocabulário ortográfico único entre as duas academias”. Ao se conseguir unificar a ortografia, é natural que se unifique também o vocabulário ortográfico.

Quem também se manifestou em relação ao VOLP foi um dos maiores críticos brasileiros do Acordo Ortográfico de 1990, o professor doutor Cláudio Moreno, chegando a escrever um artigo em sua coluna para o jornal Zero Hora intitulado “Não compre o novo VOLP”. Em seu artigo, ele, como Moura Neves, critica a antecipação brasileira ao lançar um vocabulário ortográfico próprio e se mostra particularmente indignado com entrevista dada à Folha de São Paulo por Evanildo Bechara, na qual ele

afirma que “em nenhum momento o Acordo fala em vocabulário comum” (VIANNA, 18 mar. 2009).

De volta ao texto do acordo, logo em sua primeira página, é possível ler a seguinte deliberação, que contraria a afirmação de Bechara:

Artigo 2º – Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1º de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas (VOLP, p. XV).

3 UM PANORAMA DA COMPOSIÇÃO: GRAMÁTICAS, AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES

3.1 Gramáticas tradicionais

É válido apresentar o que diz uma gramática tradicional sobre o tema. Para essa finalidade, foi primeiramente escolhida como fonte, tendo em vista seu grau de disseminação de uso e a constância com que servia de bibliografia para respostas a consulentes no serviço de consultoria linguístico-gramatical do Centro Filológico Clóvis Monteiro (CEFIL), uma edição atual da *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra. Segue a citação do capítulo 6, “Derivação e composição”:

A COMPOSIÇÃO [...] consiste uma nova palavra pela união de dois ou mais radicais. A palavra composta representa sempre uma ideia única e autônoma, muitas vezes dissociada das noções expressas pelos seus componentes. Assim, criado-mudo é o nome de um móvel, mil-folhas, o de um doce, vitória-régia, o de uma planta (CUNHA; CINTRA, 2008 [1984], p. 119).

Essa definição é imprecisa, não esclarece a distinção prática entre composição e locução.

Ainda na mesma gramática, é importante destacar a seguinte observação feita no mesmo capítulo após uma diferenciação entre composição por justaposição e composição por aglutinação:

Reitere-se que o emprego do hífen é uma simples convenção ortográfica. Nem sempre os elementos justapostos vêm ligados por ele. Há os que se escrevem unidos: *passatempo*, *varapau*, etc.; como há outros que conservam sua autonomia gráfica: *pai de família*, *fim de semana*, *Idade Média*, etc. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1984], p. 119).

A questão da convenção ortográfica também não auxilia o usuário da língua em seus momentos de indecisão a respeito da grafia de palavras, fazendo com que, em caso de dúvida, seja ele obrigado a consultar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) ou dicionários, o que se torna um problema quando a dúvida é

referente a expressões como “loja-satélite” e “clínico-laboratorial”, tendo em vista que essas lexias não se encontram nem no VOLP, nem em dicionários gerais, pois se trata de termos peculiares de áreas específicas.

Seguindo a linha tradicional, não se deve deixar de mencionar a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, que, já em seu título, mais especificamente na palavra “normativa”, tradicional por excelência, justifica sua seleção para essa primeira apresentação. Em citação direta:

Dá-se a composição, já o sabemos, quando se juntam dois ou mais elementos vocabulares de significação própria, para darem a ideia de um novo ser ou objeto. O que caracteriza, em última análise, a composição é, além da *unidade de significação*, a existência de *mais de um radical* (LIMA, 2014, p. 279).

Bem semelhante à definição de Cunha e Cintra, apesar de mais vago na determinação dos elementos formadores de compostos, o que realmente merece destaque na gramática de Rocha Lima é a seguinte observação:

Não serve de critério para a identificação de justapostos e aglutinados a presença ou a ausência do hífen, não só por não haver grafia uniforme para palavras compostas, mas principalmente porque – como já acentuara Bréal – o sentimento da composição “tem seu critério no espírito” (LIMA, 2014, p. 281).

A referência a Bréal não apresenta dados bibliográficos, porém, na *Moderna gramática brasileira*, de Celso Pedro Luft (2002, p. 132), para a mesma citação, há a seguinte indicação: Bréal ap. Said Ali, FP, 37.

Há ainda na *Gramática normativa da língua portuguesa*, outra referência à gramática de Said Ali, essa feita em nota de pé de página:

Quando se estuda o fenômeno da composição dentro do domínio de certo idioma, deve-se atender principalmente ao que esse idioma tem produzido com seus próprios recursos. Não servem de prova para os fatos palavras compostas preexistentes à formação do dito idioma, ou importadas de outra língua, dando a impressão de palavras simples. Pela criação do vocábulo VINAGRE, fr. VINAIGRE, ital. VINAGRO não é responsável a língua portuguesa, e este exemplo não atestaria a possibilidade de formarmos um vocábulo novo, combinando um substantivo com um adjetivo (LIMA, 2014, p. 281 apud SAID ALI, *Gramática histórica da língua portuguesa*, op. cit., p. 260).

É possível perceber o caráter sincrônico da análise de Ali e como suas considerações conseguiram continuar relevantes na descrição moderna do processo de formação de um composto. De tal forma que na gramática de Luft, citada anteriormente, logo no início da seção dedicada a esse tema, uma citação de Ali é usada para definir

composição: “Processo de formação lexical que consiste em ‘criar palavras novas combinando vocábulos já existentes’ (Said Ali, 1964b).” (LUFT, 2002, p. 131). Vale ressaltar que usa uma terceira denominação para os constituintes dos compostos: vocábulos.

A *Moderna gramática portuguesa* (2009), de Evanildo Bechara, não será abordada nessa seção, pois fará parte do capítulo dedicado inteiramente ao seu autor.

Todas essas referências ressaltam a importância de Said Ali e da perspectiva histórica para o tema da composição, o que será abordado a seguir.

3.2 Gramáticas históricas

Em *Pontos de gramática histórica* (1974), Ismael de Lima Coutinho dedica uma seção à composição, na qual define esse processo de formação de palavras como “a união de dois ou mais elementos vocabulares de significação própria, que se combinam para representar uma idéia nova e única” (p. 175). Seguindo essa concepção, o autor inclui a prefixação dentre as formas de composição, o que não se firmou na descrição gramatical contemporânea, conforme argumentos posteriormente transcritos de Said Ali, ainda nesta seção.

Há uma contradição entre trecho com citação a Mattoso Câmara e o que é dito logo em seguida por Coutinho. Na citação a Mattoso:

Os dois elementos [...] podem, para criar a significação nova, — a) ter a mesma importância, b) ter importância desigual, havendo um de significação básica, que a do outro elemento modifica (CÂMARA Jr., 1956, p. 59 apud COUTINHO, 1974, p. 175).

No parágrafo seguinte, no entanto, Coutinho afirma que “em todo composto, há o elemento principal, que se chama determinado, e o secundário ou acessório, que é o determinante” (COUTINHO, 1974, p. 175), ignorando o caso descrito por Mattoso em que ambos elementos têm a mesma importância. A ausência desse caso também será percebida na descrição da *Nova gramática do português contemporâneo* (2008), o que será comentado no capítulo dedicado a classificações das palavras compostas.

O autor ainda associa à composição por aglutinação (como em aguardente), que será abordada no capítulo seguinte, o conceito de composição perfeita, atribuindo à composição por justaposição (como em beija-flor) o conceito de composição imperfeita. Tais conceitos não foram encontrados nas descrições gramaticais contemporâneas.

A *Gramática histórica portuguesa* (1931), de Manuel Said Ali Ida, é composta de duas partes, tendo sido a segunda, que interessa a este estudo, acrescida ao conjunto a partir da segunda edição; portanto, sua paginação reinicia em 1. A segunda parte foi intitulada pelo autor “Lexeologia e Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico”.

A seção de formação de palavras da gramática histórica de Said Ali começa com uma importante ressalva:

Não nos occuparemos aqui com a criação dos vocábulos *ab ovo*, mas apenas com a formação corrente de palavras por meio dos processos de derivação e composição, excluindo deste estudo os termos novos, geralmente internacionalizados, e creados por homens eruditos com material puramente grego ou latino para supprir a falta de denominações apropriadas à certos conceitos modernos (SAID ALI IDA, 1931, p. 1).

Esse trecho evidencia o caráter sincrônico da análise de Said Ali, mesmo em uma gramática de perspectiva diacrônica, o que está em consonância com os direcionamentos dos estudos linguísticos mais modernos.

Há ainda, antes da parte dedicada especificamente à composição, uma consideração interessante que expõe a distinção de composição e derivação, tanto por prefixos quanto por sufixos, adotada pelo autor:

A divisão em derivação suffixal e prefixal que aqui fazemos e adoptamos nas seguintes paginas, coincide com a maneira de ver de Meyer-Lübke, Nyrop e outros modernos linguistas, contrariando portanto aquelles que excluía ou excluem do conceito de derivação os prefixos e todas as palavras formadas com prefixos. Est'outra doutrina plausível á primeira vista, em se tratando de partículas usadas como vocábulos independentes, tropeça comtudo ao chegar o momento de analysar elementos formativos do typo *dis-*, *re-*, *in-* negativo, e aquelles que, como *pre-*, *ob-* já não usamos como palavras isoladas. É fácil affirmar que *dis-*, *re-* e o negativo *in-* representam partículas inseparáveis que são ou foram preposições ou advérbios. Equivale este argumento a uma petição de principio. Nada se sabe da existência de taes vocábulos independentes nem em latim nem em outra qualquer lingua indo-européa. Por toda a parte ocorrem estes elementos funcionando sempre como prefixos. Alem disso, muito é de notar que, quando se demonstrasse a existência real dessas syllabas em passado remoto, não já como elementos formativos, mas como verdadeiros advérbios ou preposições, ainda assim não poderia prevalecer tal factio como argumento, a menos que com a noção do prefixo se derrocasse

também a de sufixo, o qual, segundo a linguística admite e por vezes claramente demonstra, procede também de expressão que a princípio se usou como palavra independente. De modo que, tiradas as últimas consequências do vicioso raciocínio, ficariam compreendidas no domínio da composição não só as palavras creadas com elementos preformativos, mas também as que se constituem com elementos postformativos, desaparecendo por completo o conceito de derivação.

Que mesmo na derivação sufixal nem sempre é fácil determinar a linha que a separa do processo da composição vê-se pelo histórico dos advérbios em *-mente*. Enquanto em latim só se usaram dizeres como *fera mente*, *bona mente* (ou *feramente*, *bonamente*, pois se pronunciariam ligando as palavras), em que se combinava o substantivo com qualificativos adequados á sua significação, o processo em vigor era, quando muito, a composição, formavam-se palavras compostas. Desde porem que com igual facilidade puderam vogar combinações como rapidamente, recentemente já a palavra *mente* tinha perdido a significação e valor de substantivo e, de termo componente, passava a funcionar como sufixo creador de advérbios (SAID ALI IDA, 1931, p. 2-3).

Essa distinção contraria a abordagem de Ismael de Lima Coutinho e é adotada atualmente, refletindo inclusive na divisão das bases do acordo, no qual estão separadas a base XV – “do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares” e a base XVI – “do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação”.

Já no início do segmento referente a composição, Said Ali dá ênfase ao processo gradativo que dá origem aos compostos, o que muitas vezes acaba por gerar confusão até entre especialistas:

Chama-se palavra composta a toda combinação de vocábulos que serve de nome especial para certo genero de seres, ou com que se exprime algum conceito novo, diferenciado do sentido primitivo dos elementos componentes. É o resultado da evolução e fusão semântica destes elementos, devendo-se notar que muitas das actuaes palavras compostas, antes de se fundirem semanticamente para representar uma idéa simples, tiveram um periodo de existencia bastante longo em que não se distinguíam de outros grupos syntacticos. Em outros casos o processo da composição effectua-se desde logo ou em tempo muito breve.

A par daquelles exemplos que satisfazem a todos os requisitos, mostrando consummada por completo a fusão semântica, occorrem naturalmente combinações que se acham ou parecem achar-se na phase de transição, isto é, em via de se tornarem palavras compostas. Difficultam sobremodo a analyse, não sendo de admirar que a seu respeito reine desaccordo entre linguistas, classificando uns como verdadeiras palavras compostas o que a outros se afigura como meros grupos syntacticos do typo commum (SAID ALI IDA, 1931, p. 36).

O processo de transformação de grupos sintáticos em compostos será mais desenvolvido em citação a Benveniste encontrada na *Moderna gramática portuguesa*, reproduzida em seção 6.1, dedicada a essa gramática. A dificuldade de análise

mencionada na citação acima será evidenciada posteriormente na seção 6.4, referente às dúvidas respondidas por Bechara no capítulo dedicado ao autor.

Logo em seguida, o autor apresenta a proposta de Darmesteter para esse impasse, refutando-a:

As denominações “juxtaposição” e “palavras iuxtapostas” usam-se às vezes para assignalar essas combinações de categoria duvidosa, mas não se podem tomar em sentido rigoroso. Darmesteter, querendo estabelecer differença exacta, entre composição e juxtaposição, propoz um critério simples, mas tão insustentável na pratica, que não poude deixar de provocar a justa critica de Bréal, A. Thomas, Nyrop, Wundt e outros. Segundo o notável investigador, a ellipse seria a essência da composição, ao passo que a juxtaposição consistira na soldadura mais ou menos íntima de elementos reunidos sem ellipse, simplesmente postos uns ao lado dos outros segundo as regras ordinárias da syntaxe.

[...]

Pôr ellipse entende-se ahi tanto a ausência de palavra ou frase que em certos casos liga o sentido dos termos componentes (p. ex. no fr. timbre-poste), como também o desaparecimento da terminação ou parte da terminação do primeiro componente (como em liquefazer). Mas é preciso notar queo primeiro termo pode, na sua parte final, soffrer também alterações que não se capitulam de ellipse; de maneira que o lat. manifestus (por manifestus) não seria nem propriamente juxtaposto nem composto. Bréal chama a attenção para semelhantes casos, e, contrariando a doutrina, sustenta que em francez beau-frère, belle-fille, beau-père são verdadeiros compostos, pois que para os constituir é condição necessária e bastante que dous termos reunidos façam sobre o espirito a impressão de uma idéa simples. «Logo que o espirito reúne em uma só idéa duas noções até então separadas, todas as sortes de reduções ou de petrificações do primeiro termo se tornam possíveis. Mas são factos accessorios, cuja presença ou ausência em nada altera a essência das cousas. 'Á verdadeira composição tem seu critério no espirito» (SAID ALI IDA, 1931, p. 36-37).

A ideia refutada, no entanto, se alinha às considerações sobre o tema de Bechara, inspirado em Benveniste, o que poderá ser observado posteriormente, no capítulo dedicado ao acadêmico. A ideia de que a composição tem seu critério no espírito em nada ajuda os usuários da língua em suas dúvidas ortográficas, tornando a questão impalpável e obscura. É possível observar que o novo acordo reflete uma tendência a se sistematizar o uso do hífen de forma mais racional.

4 CLASSIFICAÇÕES DA PALAVRA COMPOSTA

4.1 Por características morfológicas

Na *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima, são elencados os seguintes tipos de composição levando-se em consideração as classes gramaticais de seus constituintes: substantivo + substantivo (“mestre-sala”, “pombo-correio”), substantivo + preposição + substantivo (“pé de vento”, “pé-de-meia”), substantivo + adjetivo (com adjetivo depois – “cabra-cega” – e com adjetivo antes – “belas-artes”), adjetivo + adjetivo (“luso-brasileiro”, “azul-marinho”), pronome + substantivo (“Nosso Senhor”, “Vossa Excelência”), numeral + substantivo (“segunda-feira”, “mil-folhas”), verbo + substantivo (“saca-rolhas”, “mandachuva”), advérbio + adjetivo (“sempre-viva”), verbo + verbo (“vaivém”, “corre-corre”), bem e mal + outras palavras (“bem-aventurado”, “bem-me-quer”). Ressalte-se que nessa gramática é dado apenas um exemplo de advérbio + adjetivo (“sempre-viva”) enquanto “bem-aventurado” é trazido para exemplificar casos particulares de construções com os termos bem e mal.

A *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, apresenta uma proposta de recorte diferente. Em vez de designar uma categoria especial para compostos formados por bem e mal, é sugerida a categoria advérbio (ou adjetivo em função adverbial) + verbo (“bem-aventurar”, “vangloriar-se”), para a qual é feita a seguinte observação:

No último grupo poderíamos incluir os numerosos compostos de *bem* e *mal* + SUBSTANTIVO ou ADJETIVO, porque, neles, tanto o substantivo como o adjetivo são quase sempre derivados de verbos, cuja significação ainda conservam. Assim: bem-aventurança, bem-aventurado, benquerença, bem-vindo, maldizente, mal-encarado, malfeitor, malsoante, etc. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1984], p. 121).

Há ainda outra observação bastante relevante na mesma gramática:

Nem todos os compostos da língua se distribuem pelos tipos que enumeramos. Há, ainda, uma infinidade de combinações, por vezes curiosas, como as seguintes: bem-te-vi, bem-te-vi-do-bico-chato, disse-que-disse, louva-a-deus, malmequer, não-me-deixes, não-me-toques, não-te-esqueças-de-mim

(miosótis), etc. (CUNHA; CINTRA, 2008 [1984], p. 121).

Essa observação expõe lacunas na descrição de Rocha Lima, que não contém nenhuma ressalva sobre compostos não contemplados pela divisão adotada.

4.2 Por características semântico-expressivas de sua formação

Na *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2010), de José Carlos de Azeredo, há uma seção dedicada ao que o autor chama de “modos de referência das palavras compostas”, na qual são formulados alguns princípios gerais da formação de seus significados:

Por dois modos principais as palavras compostas se referem às entidades que designam: como metonímia (quando se dá a um significante já existente na língua um significado novo graças a uma relação de proximidade entre os conceitos associados [...]), ou como metáfora (quando se dá a um significante já existente na língua um significado novo graças a uma relação de semelhança entre os conceitos associados [...]) (AZEREDO, 2010, p. 46-47).

No tipo 1 (metonímia), “a entidade referida pelo composto é identificada por sua utilidade, função ou qualquer característica tipificadora” (AZEREDO, 2010, p. 47). Esse tipo é dividido em dois subtipos: pela utilidade ou função, como em *saca-rolha* e *passatempo*; por uma característica tipificadora, como em *mão-aberta* e *boia-fria*.

No tipo 2 (metáfora), “a entidade referida pelo composto é nomeada com base numa relação de semelhança”, como em *viúva-negra* e *porco-espinho*.

É interessante comparar a descrição de Azeredo com a de Margarida Basílio em *Teoria Lexical* (1987), na seção intitulada “função de denominação”. Para a autora:

A razão de encontrarmos um distanciamento sistemático entre o significado de uma palavra composta e o significado da função estrutura—partes componentes é exatamente o objetivo preponderante do processo de composição, ou seja, a função de nomeação e/ou caracterização de seres, eventos, etc. em combinações particulares de significações de itens lexicais (BASÍLIO, 1987, p.31).

Dito isso, Basílio divide os tipos de nomeação dos seres em dois grandes grupos: descritiva e metafórica, fazendo a ressalva de que há “casos de acidentalidade

ou nomeação arbitrária, que não apresentam maior interesse aqui” (BASÍLIO, 1987, p. 31). Sendo a nomeação metafórica equivalente ao tipo 2 descrito por Azeredo, vale apresentar a nomeação descritiva:

Na nomeação descritiva, um ser, entidade, substância, etc. é denominado a partir de suas características objetivas mais relevantes. No caso da composição temos uma primeira classificação geral, correspondente ao núcleo da composição, e um elemento particularizante correspondente ao especificador. Frequentes exemplos de nomeação descritiva são encontrados nas formações substantivo + substantivo: sofá-cama, papel-alumínio, peixe-espada, navio-escola, carta-bilhete. Mas outras estruturas também são possíveis: guarda-vestido, livre-arbítrio, água-de-cheiro, etc.

Em alguns casos, o significado é transparente, como em navio-escola. Mais frequentemente, a forma composta descreve as características gerais do objeto de nomeação, que passa então a ser o referente da forma composta, embora nesta possam deixar de figurar elementos essenciais.

Comparem, por exemplo, o caso de sofá-cama com o caso de guarda-vestido. No primeiro caso, a justaposição específica, por inferência, que se trata de um sofá que funciona como cama. No caso de guarda-vestido, entretanto, não há nada na composição que indique que se trata de uma peça de mobiliário. Teoricamente, o termo poderia ter sido usado para designar malas, por exemplo (BASÍLIO, 1987, p. 31-32).

É possível observar que a classificação de Basílio é mais abrangente do que a de Azeredo, na qual não são contemplados casos em que o significado é transparente, como em *navio-escola* e *sofá-cama*.

4.3 Por características prosódico-ortográficas

Presentes em todas as gramáticas consultadas, as classificações das palavras compostas por justaposição e por aglutinação parecem ser as mais sólidas na língua portuguesa. A *Moderna gramática brasileira* (2002), de Luft, é a que mais se estende sobre o assunto.

Conforme a fusão mais ou menos íntima de seus componentes, a composição divide-se em: *aglutinação* e *justaposição*. É uma subdivisão de critério fonológico.

- **Justaposição** – As palavras associadas guardam a sua individualidade ou autonomia fonética (i.é, o 1º elemento conserva seus fonemas todos e o acento [...]), o que repercute na grafia (escrita separada, com hífen ou sem ele; ou escrita unida, mantida a integridade dos componentes: *passatempo*, *passa-culpas* e *passa de uva*)

- **Aglutinação** – Os dois vocábulos associados se fundem num todo fonético, com um único acento, perdendo o primeiro alguns elementos fonéticos (acento tônico, vogais ou consoantes). Isto, no aspecto fonético e morfológico. Do ponto de vista semântico – “já que a verdadeira composição tem seu critério no espírito” (Bréal ap. Said Ali, *FP*, 37) -, a palavra assim constituída faz sobre o espírito a impressão de uma idéia simples (LUFT, 2002, p. 132).

Na *Nova gramática do português contemporâneo* (2008), no entanto, é estabelecida a seguinte relação entre essas classificações e a ortografia:

Daí distinguir-se a COMPOSIÇÃO POR JUSTAPOSIÇÃO da COMPOSIÇÃO POR AGLUTINAÇÃO, diferença que a escrita procura refletir, pois que na JUSTAPOSIÇÃO os elementos componentes vêm em geral ligados por hífen, ao passo que na AGLUTINAÇÃO eles se juntam num só vocábulo gráfico (CUNHA; CINTRA, 2008 [1984], p. 104-105).

Essa observação, de acordo com o que veremos mais adiante no capítulo 6, dedicado a Bechara, vem se aplicando cada vez mais na descrição da língua portuguesa.

4.4 Por características sintáticas

Na *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2010), de José Carlos de Azeredo, é feita uma distinção entre “dois modelos principais de representação do significado nas palavras compostas”:

Tipo 1: O que a palavra composta denota é entendido como a simples união – ou ‘coordenação’ – dos significados particulares dos lexemas que a integram: *infantojuvenil, sócio-proprietário, diretor-gerente, rádio-gravador, editor-chefe*.

Tipo 2: O significado total do composto é distribuído de forma desigual entre seus componentes, de sorte que um deles figura como base (B) do significado e o outro exprime uma especificação qualquer (E). Os lexemas componentes podem ocorrer na ordem B + E (base + especificação), mais comum e única no uso popular, ou na ordem E + B (especificação + base), própria dos usos técnicos e científicos da língua.

a) ordem B + E: matéria-prima, salário-mínimo [...]

b) ordem E + B: ciclovia, vivissecção [...].

Na *Nova gramática do português contemporâneo* (2008 [1984]), de Celso Cunha e Lindley Cintra, não aparece nenhuma referência ao tipo 1 de Azeredo, figurando

apenas o tipo 2 com uma terminologia diferente. Na descrição dessa gramática são utilizados os termos determinante e determinado.

Ambas as gramáticas se referem a essas classificações como integrantes da área da semântica (ou de significado, na de Cunha e Cintra), mas, como estabelecem relações que são próprias da área da sintaxe (determinante e determinado, coordenação), e considerando que Henriques (2014, p. 116), para tratar de encontros coordenativos ou subordinativos nos compostos, cita a origem da formação da composição, apontada por Benveniste, nas construções sintáticas, com suas variedades de predicação, parece mais apropriado atribuir essas classificações ao domínio sintático.

5 ABORDAGENS PARA O PROBLEMA DOS COMPOSTOS

5.1 Propostas de identificação de compostos

A determinação do emprego do hífen em compostos é descrita como “incoerente” por Joaquim Mattoso Câmara Jr. em pelo menos dois de seus livros: *Problemas de linguística descritiva* e *Estrutura da Língua Portuguesa*. Neste último, o autor propõe a seguinte reflexão:

Justifica-se, entretanto, o conceito de “composto por justaposição”? Por que não assimilar guarda-chuva a grande chuva, livre-arbítrio a livre decisão e considerar uma classe única de «locuções», isto é, dois ou mais vocábulos formais associados intimamente na sentença?

Parece-me que a chave da solução está na possibilidade, para a locução, e na impossibilidade, para o composto por justaposição, de se suprimir um dos elementos (o qualificador) sem maior prejuízo ou verdadeira subversão do que se quer dizer (CÂMARA JR., 2004, p.71).

Dessa reflexão surge, então, o primeiro critério para a identificação dos compostos: “impossibilidade [...] de se suprimir um dos elementos (o qualificador) sem maior prejuízo ou verdadeira subversão do que se quer dizer” (CÂMARA JR., 2004, p.71).

Na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos Azeredo, esse critério se expande, pois, além de não se referir a um elemento específico da composição, o autor acrescenta um novo princípio: “Seus componentes não sofrem elipse [...]; nem podem ser adjetivados de modo independente [...]” (AZEREDO, 2010, p. 444).

Em *Morfologia Portuguesa*, José Lemos Monteiro também expande os critérios. Em lugar da especificação de Azeredo, que menciona apenas a classe dos adjetivos em seu segundo princípio, Monteiro é mais abrangente, usando o termo “determinantes”. Além disso, o autor também acrescenta mais um princípio:

Inicialmente, levemos em conta a ordem fixa dos elementos. Em geral, os compostos não permitem a troca de posição de seus componentes, sem que com isso o significado se altere. [...]

Há também a impossibilidade de intercalação de determinantes. [...]

Mattoso Câmara Jr. (1970:61) ofereceu outro critério distintivo, imaginando que a locução permite a supressão de um dos termos, sem maior prejuízo ou verdadeira subversão do que se quer dizer (MONTEIRO, 2002, p. 183-5).

No entanto, no mesmo livro, após a apresentação de cada um desses critérios, destaca-se sua relativização, com exemplos de compostos que fogem às regras (como franco-italiano, que pode ter a ordem invertida em ítalo-francês) e de locuções que as seguem (como unha de fome, que não permite supressão de seus elementos), o que leva à seguinte conclusão:

Pelo visto, as fronteiras que distinguem o vocábulo composto da locução são bastante imprecisas. Nossas gramáticas aliam entre os compostos muitos exemplos que, segundo o critério acima exposto, consistem em verdadeiras locuções (MONTEIRO, 2002, p. 185).

Para Pottier (1974, p. 266), inclusive, em sua obra *Linguistique General*, tais critérios servem para determinar as lexias em geral, e não apenas as compostas.

5.2 A proposta para grafia de compostos

Diante das dificuldades descritas aqui, é natural que haja uma procura pela simplificação do uso do hífen, o que pode ser exemplificado pelo seguinte trecho da *Novíssima gramática da língua portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla (1985, p.61): “O emprego do hífen é um ponto de nossa gramática que deveria ser urgentemente revisto, restringindo-se o uso desse sinal auxiliar da escrita aos casos de absoluta necessidade [...]”

Em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* e divulgado no *site* da Academia Brasileira de Letras (ABL), Evanildo Bechara sinaliza que isso já era motivo de preocupação dos franceses no século XIX:

Quando os ortógrafos da França, separando-se da tradição das outras línguas românicas, começaram a se servir mais amiudadamente do traço de união para representar na escrita a avalanche de neologismos compostos que designavam o progresso nas ciências, nas letras e na tecnologia do séc. 19, eruditos e filólogos de visão os alertaram para as dificuldades que viriam decorrentes do excesso da novidade.

Neste sentido, sugeriam a supressão do hífen, em favor da simples sucessão dos elementos integrantes ou a soldura deles com alterações gráficas do primeiro elemento quando terminava por letra muda. Tais conselhos e advertências partiam de eruditos editores como Firmin-Didot (1868) e de filólogos como o acatadíssimo Arsène Darmesteter (1874). A notável estudiosa francesa desses assuntos Nina Catach, no livro *Orthographe et lexicographie* (Nathan, 1981), nos mostra como o hífen andou às cabeçadas nos dicionários Littré (7ª edição, 1959), Petit Larousse Ilustre (1960) e Robert (1970) (BECHARA, 01/02/2009, s.p.).

O autor menciona também a solução dada para o problema em Portugal por Santos Valente e Francisco de Almeida em 1886, com citação do seguinte trecho, com grafia atualizada, da página 64 do livro *Orthographia portugueza*: “As palavras assim justapostas podem unir-se numa só sem precisão do hífen, quando a primeira é invariável (...)”. Para o gramático, essa ideia foi resgatada no acordo de 1986. Nele se propunha que

(a) as palavras compostas com flexão no primeiro elemento ou ligadas por preposição ou artigo escrever-se-iam sem aglutinação e sem hífen (*amor perfeito, guarda noturno, couve flor, médico cirurgião*); b) os compostos formados por elementos sem flexão interna escrever-se-iam aglutinadamente (*portoalegrense, sulafriano, afrolusobrasileiro*) (SCARTON; WERTHEIMER, 2002, s.p.).

Esse acordo não obteve êxito por ser considerado muito radical, mas pode-se dizer que ele foi responsável por abrir caminho para o atual.

5.3 A proposta para diferenciação entre termos homógrafos

Em *Linguistique general*, Pottier (1974, p. 293) destaca um caso de ambiguidade da língua francesa no qual uma expressão (“Pas de porte à vendre”) pode ser entendida de duas formas: como não havendo porta à venda (“il n’y a pas de porte à vendre”) ou como havendo umbral à venda (“il y a un *pas de porte* à vendre”).

Maria Tereza de Queiroz Piacentini, em seu livro *Manual da boa escrita*, chama a atenção para um comportamento percebido por ela com as alterações estabelecidas pelo atual acordo no uso do hífen em compostos com termos de ligação:

O que está acontecendo é uma volta às aspas para chamar a atenção de que determinado composto tem significado especial ou sentido figurado quando o contexto frasal não permite essa distinção. Que não seja assim! É melhor considerá-lo uma das exceções e hifenizar (PIACENTINI, 2014, p. 97).

A sugestão da autora, no entanto, é bastante problemática. Se consultarmos o texto do Novo Acordo e o VOLP, veremos que apenas as exceções explicitamente mencionadas naquele são adotadas. Não parece uma boa solução hifenizar as expressões que perderam o hífen, considerando-as exceções, apenas para solucionar um problema de ambiguidade. Isso seria ir de encontro ao que ficou estipulado. A ambiguidade sempre existiu na língua e, na maioria dos casos, não é possível simplesmente empregar o hífen para resolvê-la. Como resolver, por exemplo, a ambiguidade em um discurso oral? O ideal é que o emissor de uma mensagem ambígua resolva-a usando de sua competência linguística sem infringir nenhuma regra da língua portuguesa.

6 EVANILDO BECHARA E O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

6.1 Moderna Gramática Portuguesa (2009)

Na seção dedicada à ortografia, Bechara esclarece questões passíveis de suscitar dúvidas no texto do Acordo Ortográfico:

- a) As formas empregadas adjetivamente do tipo *afro-*, *anglo-*, *euro-*, *franco-*, *indo-*, *luso-*, *sino-* e assemelhadas continuarão a ser grafadas sem hífen em empregos em que só há uma etnia: *afrodescendente*, *anglofalante*, *anglomania*, *eurocêntrico*, *eurodeputado*, *lusofonia*, *sinologia*, etc. Porém escreve-se com hífen quando houver mais de uma etnia: *afro-brasileiro*, *anglo-saxão*, *euro-asiático*, etc.
- b) [...] Os outros compostos com a forma verbal *para-* seguirão sendo separados com hífen conforme a tradição lexicográfica: *para-brisa(s)*, *para-choque*, *para-lama(s)*, etc.

Os outros compostos com a forma verbal *manda-* seguirão sendo separados por hífen conforme a tradição lexicográfica: *manda-lua*, *manda-tudo*.

A tradição lexicográfica também usa o hífen em outras combinações vocabulares: *abaixo-assinado*, *assim-assim*, *ante-à-ré*, *ave-maria*, *salve-rainha*.

Os compostos formados por elementos repetidos, com ou sem alternância vocálica ou consonântica, por serem compostos representados por formas substantivas sem elemento de ligação, ficarão: *blá-blá-blá*, *lenga-lenga*, *reco-reco*, *tico-tico*, *zum-zum-zum*, *pingue-pongue*, *tique-taque*, *trouxe-mouxe*, *xique-xique* (chocalho; cf. *xiquexique* = planta), *zás-traz*, *zigue-zague*, etc. Os derivados, entretanto, não serão hifenados: *lengalengar*, *ronronar*, *zunzunar*, etc. Não se separam por hífen as palavras com sílaba reduplicativa oriundas da linguagem infantil: *babá*, *titio*, *vovô*, *xixi*, etc.

Serão escritos **com hífen** os compostos em que há o emprego do apóstrofo: *cobra-d'água*, *mãe-d'água*, *mestre-d'armas*, *olho-d'água*, etc. (BECHARA, 2009, p.96-97).

Faz-se necessário registrar, no que diz respeito à recomendação da grafia *ante-à-ré*, que ela não é contemplada pelo VOLP, onde consta a grafia *ante à ré*.

Na seção dedicada a formação de palavras do ponto de vista constitucional, Bechara adota o conceito cunhado por Benveniste de sinapsias. Antes de abordar esse conceito, é importante esclarecer uma distinção feita por Benveniste: para ele, na composição, “dois termos identificáveis pelo locutor se juntam em uma unidade nova de significado único e constante” (1989, p. 172), o que a torna diferente dos conglomerados, “unidades novas formadas de sintagmas complexos que comportam mais de dois elementos” (1989, p. 172)¹.

Dentre os conglomerados, destacam-se as sinapsias, termo utilizado por Benveniste para lexias que se distinguem pelas seguintes características:

- a natureza sintática (não morfológica) do vínculo entre os membros;
- o emprego de conectores para este efeito;
- a ordem determinado + determinante dos membros;
- sua forma léxica plena, e a escolha livre de todo substantivo ou adjetivo;
- a ausência de artigo antes do determinante;
- a possibilidade de expansão para um ou outro membro;
- o caráter único e constante do significado.

De acordo com Benveniste, portanto, termos como “pé de moleque” não são compostos, mas um tipo de conglomerado chamado sinapsia, estando o autor em consonância com o que foi estatuído pela nova ortografia, que afirma apenas que “emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação”. Tendo em vista a notória participação de Bechara como representante brasileiro pela ABL no Novo Acordo, é razoável inferir que Benveniste foi uma fonte de inspiração fundamental para mudanças desse acordo no que diz respeito ao uso do hífen.

Na gramática de Bechara, é estabelecida uma relação de equivalência entre sinapsias e lexias complexas. No entanto, entre os casos de lexias complexas, estão formas que não se enquadram no conceito de sinapsia, conforme exemplos da seção

¹ Tradução nossa. No original: “dos termos identificables para el locutor se conjuntan en una unidad nueva de significado único y constante” (BENVENISTE, 1989, p. 172) e “unidades nuevas formadas de sintagmas complejos que comprenden más de dos elementos”.

intitulada “por quê” desta dissertação (guerra fria, complexo industrial, etc.), não havendo, portanto, equivalência completa entre os dois conceitos.

É destinada uma seção inteira ao processo de formação da palavra composta, que parte de construções sintáticas simples ou complexas, ao que Bechara exemplifica com papel-moeda, “que se prende a uma oração de base do tipo ‘papel que é moeda’” (p. 353). A seção é composta quase inteiramente por uma citação de Benveniste, reproduzida a seguir:

Os compostos “representam a transformação de certas orações típicas, simples ou complexas, em signos nominais. Não se pode, portanto, explicar a criação dos compostos pela simples junção imediata de dois signos anteriores. Se a composição nominal fosse, como é sempre apresentada, um processo de natureza morfológica, não se compreenderia por que ela parece se realizar em toda parte, nem como puderam surgir essas classes formais em número limitado, tão parecidos entre as línguas mais diversas. É que o impulso que produziu os compostos não veio da morfologia, onde nenhuma necessidade os solicitaria; ele provém das construções sintáticas com suas variedades de predicação. É o modelo sintático que cria a possibilidade do composto morfológico e que o produz por transformação. A oração, com seus diferentes tipos, emerge assim na zona nominal. Consequentemente, é preciso reconhecer nos compostos uma situação particular. Em geral, eles são arrolados, com os derivados, na “formação dos nomes”. Seria preciso, de preferência, fazê-los entrar em um capítulo novo da teoria das formas, consagrado ao fenômeno que poderia se chamar “metamorfismo”; entendemos por isso o processo de transformação de certas classes em outras [...]. No momento em que a oração é transformada em composto e que os membros da oração se tornam membros do composto, a predicação é colocada em suspenso, e o enunciado atual torna-se virtual. É esta a consequência do processo de transformação.

Assim se define então a função do composto: transferir para o virtual a relação atual de predicação enunciada pela oração de base. É justamente a essa função que correspondem também as características formais dos compostos. Tudo o que pode remeter a uma situação atual é apagado: a predicação verbal está apenas implícita; o primeiro membro, desprovido de qualquer índice de caso, de número, de gênero, é reduzido a um semantema; o segundo termo, sobre o qual repousa a relação sintagmática, toma uma forma e um final novos, índices do estatuto de adjetivo que o composto recebe [...]. Ao passar assim para o quadro formal do nome, a oração livre sofre uma inevitável redução de suas latitudes de expressão. Seria seguramente impossível conter os dois membros do composto a multiplicidade das relações sintáticas a que é suscetível a oração livre. Todavia o composto é capaz de maior diversidade do que parece, e suas numerosas variedades recensadas pelas gramáticas correspondem justamente a tipos diversos de orações [...].

Mas esse relativo empobrecimento da expressão sintática transformada em expressão nominal é compensado pela variedade de combinações que o composto oferece à língua. Ele dá o poder de manejar como adjetivos ou nomes orações inteiras e de fazê-las entrar revestidas nessas novas espécies em outras orações. Assim se constitui particularmente um vasto repertório, sempre aberto, de compostos descritivos, instrumentos da classificação e da nomenclatura, aptos a se tornarem denominações científicas ou epítetos

poéticos, e que, além do enriquecimento que proporcionam, mantêm essa atividade metamórfica, talvez o trabalho mais singular da língua” (BECHARA, 2009, p. 353-354).

Essa citação desenvolve o processo apresentado na gramática histórica de Said Ali, citado na seção 4.2 desta dissertação e fundamenta as relações entre os elementos formadores de compostos serem, ainda que virtualmente, sintáticas, com a definição de coordenação e subordinação.

Bechara divide os compostos conforme a relação entre seus componentes, o que foi abordado na seção 5.3 desta dissertação. Quando há uma relação de especificação (como em peixe-espada), o gramático atribui a denominação por disjunção, por não haver uma relação natural de subclasse entre os elementos e quando há coordenação entre os elementos constituintes (como em navio-escola e luso-brasileiro), a denominação por contraposição.

Há ainda na gramática de Bechara uma sistematização de Mattoso Câmara das alterações dos componentes das palavras compostas por aglutinação, classificação já vista na seção 5.3 desta dissertação:

“A adaptação da primeira palavra pode ser de quatro espécies: 1) mudança da parte final em relação à mesma palavra quando isolada; ex.: lobis – (comparar – lobo, em lobisomem); 2) redução da palavra ao seu elemento radical; ex.: planalto, onde plan é o radical de plano (o composto indica um solo plano e alto numa montanha); 3) elemento radical alterado em relação à palavra quando isolada; ex. vinicultura (vin-, mas vinh- em vinha ‘árvore da uva’); 4) elemento radical que não aparece em português em palavra isolada; ex.: agricultura (a agr corresponde, em palavra isolada, campo)” [MC.2, 95]

A segunda palavra pode ocorrer com as seguintes alterações: “1) com mudança na parte final; ex.: monocórdio (instrumento de uma só corda); 2) com o elemento radical alterado; ex.: vinagre (um vinho que é acre); 3) com um elemento radical diverso do que corresponde a palavra isolada; ex.: agrícola (ao elemento de composição cola corresponde a ideia de habitar ou cultivar)” [MC.2, 95] (BECHARA, 2009, p.340).

6.2 O que muda com o novo acordo ortográfico (2008)

Logo no início da seção sobre hífen, Bechara afirma, em tom de lamentação, que “todavia não chegamos ainda à racionalização desejada pelos usuários” (BECHARA, 2008, p. 47). O autor ressalta em sua introdução ao tema características positivas das

novas regras, que, segundo ele, “foram reformuladas de modo mais claro, resumido e simples”. De fato, conforme foi analisado anteriormente, há clara inspiração do acordo de 1945, do qual regras foram reformuladas, no texto do novo acordo. No entanto, vale lembrar, mais uma vez, que aquele acordo não foi adotado no Brasil, sendo, portanto, bem pouco conhecido pelos brasileiros. Quanto às características elencadas pelo autor, a preponderante é o modo mais resumido, que, aliado à referência ao texto de 45 que serviu de base ao texto atual, chega a atrapalhar a clareza das mudanças estabelecidas, que carecem de exemplos que norteiem os usuários da língua.

O manual de Bechara vem explicitar essas mudanças que não ficaram claras no texto do acordo. Nos itens “saiba mais 1” e “saiba mais 2” da página 48, o autor elucida a questão a respeito de termos similares a paraquedas e mandachuva, como para-brisa e manda-lua, que não tiveram suas grafias alteradas. Na página 53, item “saiba mais 1”, o autor evidencia as grandes mudanças do acordo no que diz respeito ao hífen em compostos usando exemplos de termos que antes eram hifenizados, mas passaram a ser escritos separadamente por conter elemento de ligação, afirmando claramente que esses termos não mais devem ser classificados como compostos. Termos como “deus nos acuda” seriam, segundo Bechara, expressões com valor substantivo e outros como “calcanhar de aquiles” seriam locuções.

Dentre os manuais consultados, apenas este apresenta essas importantes complementações, o que é possível tributar a sua posição como membro da Academia Brasileira de Letras.

6.3 Depoimentos

Em conferência intitulada “A consolidação do acordo ortográfico da língua portuguesa”, realizada no ciclo de conferências “Entre a gramática e a linguística”, promovido pela ABL, Evanildo Bechara faz uma defesa do AOLP de 1990 frente a diversas críticas que surgiram com sua implementação. O acadêmico apresenta um histórico de como a tradição da ABL “de publicações de vocabulários ortográficos para atender a solicitação

dos governos brasileiros”, do primeiro, que data de 1931, até o atual, destacando a “condição de normalizador da ortografia” dos vocabulários da Academia. Tendo se esgotado a quarta edição do vocabulário de 2004, em “uma época em que já estava mais ou menos prevista a aprovação do texto oficial de 1990”, ao que o acadêmico ressalta “argúcia, e cientificidade, e tato político” do “responsável brasileiro pelo texto oficial do acordo de 1990”, o linguista Antônio Houaiss, resolveu-se, “já na direção de Cícero Sandroni, publicar a quinta edição do vocabulário dentro do acordo”. Segundo Bechara, “diante dos boatos de que haveria, sem dúvida nenhuma, da parte dos governos, a efetivação desse acordo em 90, era necessário, portanto, que nós partíssemos para a utilização do texto do acordo de 90”. (SALVADOR, 2012)

Para o acadêmico, portanto,

não houve nenhuma pressa, nem houve nenhuma ideia, como se pensa em Portugal, de que o Brasil estivesse numa atitude neocolonialista, de ser, em virtude de ser o país com maior número de habitantes, de falantes, o Brasil ser, portanto, o dono da língua portuguesa. Não é isso. Em matéria de língua, todos nós somos donos. Então, não há essa ideia de neocolonialismo da parte do Brasil, e até, nós podemos dizer que o Brasil teve de ceder mais nos seus hábitos ortográficos do que Portugal. Se nós estudarmos o acordo de 1990, nós vamos ver que esse acordo de 90 está mais para o acordo português de 1945 [...] (SALVADOR, 2012).

De fato, tal semelhança entre o acordo de 1945 e 1990 foi já apontada nesta dissertação, no capítulo 2.

Bechara ainda defende o AOLP de 1990 das acusações de ser inconstitucional, “porque ele vem de cima para baixo”: “a sociedade brasileira não foi ouvida, os professores não foram ouvidos, as universidades não foram ouvidas”. O acadêmico argumenta, no entanto, que “todas as reformas ortográficas são feitas desta maneira”. Nas palavras de Bechara,

o governo tem a sensibilidade de sentir a necessidade de uma reforma ortográfica, solicita dos órgãos competentes, e nos dois países os órgãos mais à mão dos governos são a academia das ciências de Lisboa em Portugal e a academia brasileira de letras no Brasil, chamar atenção, chamar a colaboração dessas instituições, e quando essas instituições não têm, no seu seio, especialistas, as academias então convidam professores fora do seu quadro acadêmico para a elaboração das normas ortográficas (SALVADOR, 2012).

O acadêmico exemplifica com o trabalho do “professor Daltro Santos, que era catedrático de língua portuguesa do Colégio Militar” para uma das reformas e a colaboração do “professor Sá Nunes, um titular da universidade do Paraná” para o acordo de 1943. Bechara ressalta então a presença de Antônio Houaiss na Academia para o acordo de 1990, reiterando que “a academia chama especialistas”.

Vale aqui um aparte com depoimento de Antônio Houaiss mediado por Maria Claudia Bomfim. Perguntado sobre o acordo, afirma: “Aí a questão toda é a seguinte: em 45, o Brasil [...] não honrou um acordo que havia estabelecido com Portugal”, o que justifica pelo caráter impositivo de “um padrão lisboeta de pronúncia pra [...] dirimir a grafia” nesse acordo. O linguista então critica a postura de alguns portugueses:

Eles estão convencidos [...] que eles são proprietários da língua e, como tal, têm que impor. [...] Você pode, para uma língua falada por três milhões de pessoas, ainda impor um padrão de uma certa cidade. Mas pra uma língua de 170 milhões, ela tem vitalidade e possibilidade de continuar na medida em que não depender de um local (CASTORINO, 1986).

Ao fim de seu depoimento, Houaiss descreve o processo que levou à concepção do texto do AOLP de 1990:

A partir de 45, essa dualidade vem incomodando aos acadêmicos de Lisboa e aos acadêmicos brasileiros. Então nós vínhamos tentando ver se poderíamos chegar a um acordo, acordo esse a que logramos chegar nesta coisa por unanimidade, não houve um voto discrepante sobre tudo. O que é isto em termos de negociação diplomática você não pode imaginar. Atribuem, em Portugal, os que são contra, a um jogo diabólico de diplomacia brasileira, em que todo o país convergiu para esse fim, a fim de conquistarmos, com isso, a África. É uma alienação. Acontece que este jogo diplomático inteiro só foi feito por uma pessoa: por mim. Então, cá pra nós: supor que eu tenha a onipotência de impor a nove portugueses e a cinco africanos dar um voto unânime àquilo que eu construí é dar a mim um poder que eu não tenho. A racionalidade com que funcionamos foi tal que permitiu chegássemos a essa unanimidade, esta é que é a coisa (CASTORINO, 1986).

Voltando ao discurso de Bechara, o acadêmico trata também da relação entre estado e escritores. Segundo ele, “o escritor escreve para um público, e ao escrever para um público, ele não pode levar para o público [...] indisciplina ortográfica”. Bechara chama atenção para “o lado social da ortografia”:

o Estado, que é o indivíduo coletivo, que não pode aceitar a indisciplina, principalmente a indisciplina ortográfica. O estado então interfere para que os seus documentos, que vão ser utilizados pelo grande público, os seus

documentos e os livros das crianças sejam escritos numa ortografia consensual (SALVADOR, 2012).

Bechara resgata o exemplo de Said Ali, que “escrevia com a ortografia que aprendeu nos cursos onde ele foi alfabetizado”, mas que, quando publicado, seus livros “eram ortografados no sistema oficial daquele momento”. Conclui então o acadêmico com referência a Fernando Pessoa:

Fernando pessoa chamou atenção para isso: primeiro, que cada um de nós pode escrever como bem entender, mas, se nós vamos escrever para o público, nós temos o compromisso social; e o estado tem esse compromisso social. Por isso, o estado sempre toma a iniciativa de convidar os técnicos para que apresentem suas normas ortográficas e, boa ou má, como diz o Fernando Pessoa, essa ortografia vai ter um consenso social e facilitar a difusão do livro dentro e fora do país (SALVADOR, 2012).

Outra crítica rebatida na conferência de Bechara diz respeito a suposta desobediência da ABL ao acordo em seu vocabulário ortográfico. O acadêmico cita casos com o prefixo *re-* em que, segundo os críticos, o VOLP contraria disposição do AOLP de 1990, na qual, em prefixos, “se nós juntamos duas vogais, essas duas vogais iguais [...] têm que ser separadas”, ao registrar, por exemplo, *reeleição*. O acadêmico então ressalta que o que houve em 1990 foi um acordo e não uma reforma: “os especialistas [...] trouxeram para a mesa de debates os pontos divergentes, porque os pontos convergentes [...] já estavam assentados na ortografia de 43 e na ortografia de 45”. Conclui Bechara:

Então, o VOLP não contrariou o acordo de 90, porque a grafia do prefixo *re-* diante de palavras começadas por *e* já estava resolvido consensualmente na ortografia de 43 e na ortografia de 45. Porque nós, do setor de lexicografia, tivemos o cuidado de examinar o acordo de 90 não nele por ele, mas [...] o texto do acordo imbuído numa história da ortografia que culminava nessas duas reformas oficiais: o Brasil com 43 e Portugal com 45 (SALVADOR, 2012).

Bechara também contesta quem defende que a adoção do AOLP de 1990 deve ser adiada para que se possam fazer os ajustes necessários. Ele reconhece que o acordo “tem não só suas limitações, [...] tem seus pequenos enganos, tem seus esquecimentos”. Entretanto, para ele, “se só começarmos a corrigir uma coisa aqui, amanhã corrigir uma coisa ali, [...] a reforma se desprestigia”. Lembra que a reforma para corrigir e melhorar o acordo de 43 se deu em 1971,

depois que o acordo foi usado por muita gente, que muita gente sofreu com os acentos diferenciais, sofreu de escrever, por exemplo, só com acento agudo, mas somente com acento grave, escrever, por exemplo, cândido com acento circunflexo e candidamente continuar com o circunflexo, atrapalhando a vida de uma criança que quer começar a escrever (SALVADOR, 2012).

Da mesma forma, sugere o conferencista:

então, vamos usar o acordo, vamos praticá-lo. A experiência de todo dia vai fazer um levantamento de falhas, e aí, nós, depois de alguns anos de prática, chegaremos a um melhoramento, mas um melhoramento geral, e não o melhoramento diário dessas mudanças (SALVADOR, 2012).

Por fim, é importante destacar a parte referente ao hífen em compostos. Bechara ressalta que

o emprego do hífen está guindado a um problema semântico muito importante, que é a diferença, nem sempre fácil de se fazer, entre uma palavra composta e uma locução sintagmática, isto é, a um conjunto de duas palavras (SALVADOR, 2012).

O acadêmico resgata Miguel Bréal, para quem a questão se baseia em “o espírito sentir as duas palavras como um todo e as duas palavras separadamente”. Bechara então elogia a solução dada pelo acordo, com uma ressalva:

O erro do acordo foi conservar as exceções que o Rebelo Gonçalves tinha deixado no acordo de 45, mas ele resolveu a coisa tranquilamente: o emprego do hífen depende de duas circunstâncias perfeitamente visíveis ao homem comum. Primeiro, é quando o composto é constituído de dois elementos, palavras, livres. Palavras livres são aquelas que funcionam no discurso livremente, por exemplo, tenente-coronel. Tenente-coronel, eu tenho tenente, que é uma palavra livre, coronel, que é outra palavra. Então a regra é a seguinte: se as palavras são livres e não existe entre elas elemento de ligação, isto é, uma preposição, um artigo, uma conjunção, então nós escrevemos com hífen. Então, tenente-coronel, escrevemos com hífen. Agora, general de brigada, onde eu tenho general, brigada, duas palavras livres, mas eu tenho a preposição de juntando os dois elementos. Se existe um elemento de junção, eu dispenso o hífen. Então, isso resolveu metade dos problemas das dificuldades do emprego do hífen (SALVADOR, 2012).

6.4 “Bechara responde”

Com a implementação do novo acordo, o professor Evanildo Bechara foi convidado pelos *Estado de São Paulo* e *O Dia* para responder dúvidas de leitores. Os artigos publicados por esses jornais que são decorrentes desse projeto estão disponíveis no site da ABL e serviram de base para esta seção.

Dentre as dúvidas respondidas, destacam-se as que têm origem em uma confusão entre grupos sintáticos e grupos compostos, como a dúvida referente a chá-preto e chá-verde, que o acadêmico esclarece que, quando grafadas dessa forma, se referem a espécies botânicas e não a chás de cores diferentes. Em sua resposta a essas questões, o autor esclarece:

Temos falado aqui em grupo sintático e grupo composto, e cremos que chegou o momento de fazer a diferença entre estas duas noções, tarefa nem sempre fácil. Em português, a distinção ocorre por motivações ou critérios fonológicos, morfológicos, sintáticos e, principalmente, semânticos, estes últimos mais fáceis para um não especialista captar ou entender. Um competente estudioso do assunto Antônio José Sandmann ("Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo", 2ª ed., 1996), oferece exemplos bem ilustrativos, sabendo-se que o primeiro de cada par a seguir é um grupo sintático, enquanto o segundo é um grupo composto: meio dia/meio-dia(=região sul), pé de meia/pé-de-meia(=economias); boia fria/boia-fria(=trabalhador rural itinerante). Vale recordar um critério auxiliar bastante evidente nestas distinções: no composto, o acréscimo de um modificador (por exemplo, um adjetivo) irá se referir ao composto como um todo, o que não ocorre com o grupo sintático. Em "município-polo recente", o adjetivo recente se refere ao todo município-polo, não se dirá, por exemplo, "município-polo e recente", referindo-se apenas a município (BECHARA, 19/12/2011, s.p.).

O critério auxiliar referido pelo acadêmico, no entanto, é problemático, como visto no capítulo 5 desta dissertação.

Merecem atenção também as dúvidas oriundas da observação do primeiro item da base XV, sobre compostos que devem ser grafados aglutinadamente. Ao responder sobre a grafia de para-lamas e paraquedas, discorre Bechara:

O cuidado na redação "certos compostos" e "em certa medida" revela a falta de estudos preliminares na área da lexicologia diacrônica e sincrônica do português para determinar o afastamento da "noção de composição" dos termos listados, em oposição a outros tranquilos e confiantemente arrolados como evidentes compostos. É questão delicada que constitui floresta virgem na investigação acadêmica. A dificuldade começa entre os próprios ortógrafos e textos oficiais com a discordância em assinalar aqueles compostos que "em certa medida" perderam a noção de composição; para uns está nesse caso paraquedista; para outros, impõe-se aqui a grafia com hífen. Por outro lado, como proceder diante de uma pequena lista de exceção, como o fez o texto do acordo, listando apenas seis compostos aglutinados? (BECHARA, 01/02/2009, s.p.).

Em outro artigo sobre o mesmo tema, o autor esclarece os procedimentos da academia:

Diante da prudência e vacilação da redação do texto oficial ("certos compostos", "em certa medida"), só exemplificando com seis exceções, a Comissão de

Lexicologia e de Lexicografia da ABL e seus técnicos, tendo de aplicar a norma da Base XV a um universo lexicográfico de quase 370 mil verbetes que integram a 5ª edição do Volp, adotaram prudentemente três procedimentos: 1) só considerar exceções os compostos explicitados pelo acordo; 2) ampliar a lista com os derivados desses mesmos compostos (por exemplo: girassolzinho, madreperolado, mandachuvismo, pontapear, paraquedismo, paraquedístico); 3) ampliar a lista com os compostos aglutinados agasalhados sem exceção pelos mais modernos e representativos dicionários e com o aval dos vocabulários ortográficos da ABL e da Academia das Ciências de Lisboa (por exemplo: abrolhos, fidalgo, montepio, bancarrota, cantochão, catassol, claraboia, lobisomem, passaporte, pincenê/pencenê, rodapé, salsaparrilha, santelmo, valhacouto, varapau, vinagre). Onde havia divergência nessas fontes de consulta, fixamo-nos na regra geral, isto é, usamos o hífen: rega-bofe, vagalume, por exemplo (BECHARA, 15/03/2009, s.p.).

Outro tema relevante é o das locuções. Em resposta a uma dúvida quanto às grafias de pé de moleque e pai dos burros, diz Bechara:

O acordo ortográfico ensina-nos que as locuções de qualquer natureza devem ser usadas sem hífen, incluindo as duas locuções lembradas: pé de moleque e pai dos burros. A lição vem pôr ordem em matéria que corria indisciplinada em sistemas ortográficos oficiais anteriores, já que as locuções pronominais (cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja, etc.), as prepositivas (abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, a partir de, apesar de, aquando de, debaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto à, etc.), as conjuncionais (a fim de que, ao passo que, contanto que, logo que, visto que, etc.) eram usadas normalmente sem hífen, as demais locuções pareciam pertencer a terra de ninguém. Se fim-de-safra e fim-de-século eram contempladas com hífen, fim do mundo e fim de semana, também locuções, não gozaram do privilégio de ostentar o hífen.

Ainda neste terreno, tínhamos de exigir de quem escrevia saber distinguir um à-toa hifenado, se era locução adjetiva (Trata-se de um problema à-toa) de um à toa, não hifenado, se locução adverbial (Este trabalhou à toa). Ou ainda um dia-a-dia, locução substantiva com o sentido de "cotidiano" (Meu dia-a-dia é agradável), de dia a dia, locução adverbial, valendo por "diariamente" (A criança cresce dia a dia).

Com a lição do acordo de 1990 desaparecem tais incoerências, e todas as locuções passam a não precisar desse sinal diacrítico. Quando escrevemos, nosso texto não representa diretamente ideias, senão palavras, e estas é que representam ideias num segundo momento dessa operação lógico-simbólica, auxiliada pelos saberes de que dispomos todos os falantes de uma língua. Nós não falamos só com o conhecimento das regras elementares do pensar e do conhecimento de mundo (saber elocutivo); usamos do conhecimento da construção do texto, por isso que quando de manhã auguramos a alguém Bom dia!, não aludimos a condições atmosféricas (pode até estar chovendo a cântaros!), mas sabemos que estamos usando um texto de saudação matinal (saber expressivo). Também contamos com a situação e o contexto em que se desenvolve nossa fala. Por tudo isso e por mais alguns fatores é que nem o freguês nem o doceiro irão ter dúvida diante do pedido de um pé de moleque, sem hífen (BECHARA, 8/3/2009, s.p.).

Vale ressaltar ainda alguns encaminhamentos de Bechara para questões de grafias que não estão, todavia, determinadas. Uma consulente pergunta sobre auditor-

fiscal, que o autor relaciona a formas presentes no VOLP como secretário-geral, diretor-geral e, apontando a presença da forma hifenizada em textos da Escola de Administração Fazendária, indica que se “prenuncia vitória da grafia com hífen”. Outro consulente pergunta sobre Mojimirim e Mojiguaçu, ao que, de início, Bechara sugere essas formas, conforme a tradição lexicográfica mais recente (“Aurélio, Houaiss e já no excelente Vocabulário da Língua Portuguesa, do ortografista português Rebelo Gonçalves, Coimbra, 1966”). No entanto, o autor faz a seguinte ressalva:

Todavia, no uso encontram-se mais correntemente as formas com 'g' em vez de com 'j' e, ora hifenados (Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim), ora desgarrados como uma locução (Mogi Guaçu, Mogi Mirim). Para resolver definitivamente casos como estes, fora da competência imediata das Academias de Letras, desvinculados do léxico comum e pertencentes ao léxico das diversas áreas das ciências, é que o Art. 2º do Acordo Ortográfico de 1990 prevê a elaboração de um vocabulário ortográfico comum das terminologias técnicas e científicas. Reza este Art. 29: “Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 15 de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normatizador quanto possível no que se refere às terminologias científicas e técnicas”.

Apesar da clara intenção do artigo, muita gente equivocadamente o invocou para criticar a Academia Brasileira de Letras por ter publicado em 2009 a 5ª edição do seu Vocabulário Ortográfico antes da elaboração desse 'vocabulário ortográfico comum', escondendo a verdadeira intenção do texto legal de convocar instituições e órgãos competentes (instituições ligadas à Medicina, Física, Química, etc, e a órgãos como o IBGE e o Ministério das Relações Exteriores, por exemplo) para a unificação, tão completa quanto desejável e tão normatizadora quanto possível, das terminologias científicas e técnicas.

Casos como os topônimos tratados hoje estariam principalmente a cargo do Ministério das Relações Exteriores e do IBGE. A magnitude da tarefa desse Vocabulário ortográfico comum fez que os signatários não mais estabelecessem data para a elaboração de tão importante e necessária obra. Inimigos da implementação do novo Acordo também se serviram dessa mesma leitura deliberadamente falseada do Art. 2º para invalidar a aprovação do texto oficial (BECHARA, 19/06/2011, s.p.).

7 AS QUESTÕES RECEBIDAS PELO SERVIÇO DE CONSULTORIA LINGUÍSTICO-GRAMATICAL DO CENTRO FILOLÓGICO CLÓVIS MONTEIRO (CEFIL/UERJ)

7.1 O CEFIL

No dia 10 de setembro de 1965, o Centro Filológico Clóvis Monteiro (CEFIL) foi fundado pelos professores Olmar Guterres da Silveira, Jairo Dias de Carvalho e Leodegário Amarante de Azevedo Filho. Em seu nome, o Centro traz uma homenagem ao primeiro professor catedrático da então Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje, após mudanças de ordem político-geográfica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Além das atividades de consultoria linguístico-gramatical, que serão mais detalhadas no capítulo a seguir, o CEFIL é responsável por um serviço gratuito de revisão textual; por um acervo bibliográfico composto de mais de 10.000 títulos, que se encontra em fase de catalogação para que, futuramente, com o controle necessário, sejam viabilizados empréstimos; pela produção de resenhas de obras que compõem coleções especiais do acervo, para facilitar a pesquisa; e pela centralização da organização da Revista Idioma, publicação do Departamento de Língua Portuguesa, Filologia e Literatura Portuguesa (LIPO) da UERJ.

No primeiro número da revista, que data de 1981, estão consignadas as diretrizes do CEFIL:

1. O Centro Filológico Clóvis Monteiro, constituído em 10 de setembro de 1965, tem como finalidade incentivar e desenvolver a pesquisa e os estudos superiores de língua portuguesa.
2. A programação das atividades do Centro é de responsabilidade do setor de Língua portuguesa do IFL.
3. Em cumprimento de suas finalidades, o Centro mantém uma biblioteca especializada, promove conferências e edita boletim informativo.
4. São associados natos do Centro os professores e alunos do IFL.
5. A direção do Centro Filológico Clóvis Monteiro recebe, de bom grado, quaisquer sugestões que contribuam para o aprimoramento do ensino da Língua Portuguesa (IDIOMA, 1981, p. 1).

O CEFIL se encontra, atualmente, na sala 11.031, no 11º andar, bloco B, Pavilhão João Lyra Filho, do Campus Francisco Negrão de Lima – Maracanã da UERJ (Rua São Francisco Xavier, 524).

7.2 O Serviço de consultoria linguístico gramatical

Iniciativa do Centro Filológico Clóvis Monteiro (CEFIL), o Projeto de Consultoria Linguístico-Gramatical, cuja origem remonta ao ano de 1993,

pode ser apontado hoje como sua atividade mais completa, por congregar os campos da docência, da pesquisa e da extensão de forma integrada, envolvendo professores e alunos no atendimento de consultas e propostas das comunidades interna e externa, entre outras iniciativas (HENRIQUES et al., 2014, p. 102).

Seu objetivo é solucionar dúvidas, tanto da comunidade interna quanto da comunidade externa à UERJ, relacionadas ao uso da língua portuguesa em sua modalidade padrão e preferencialmente enviadas por e-mail, meio pelo qual o consulente tem acesso a um registro escrito com a explicação solicitada, em que podem ser inseridas citações das fontes consultadas para, além de embasar as respostas, estimular o consulente a ler as obras, aprofundando seu conhecimento.

O registro das consultas é feito em uma planilha que contém os seguintes dados: assunto do e-mail; tema; data da consulta; data da resposta; retorno; referência citada; e observações. A partir desses dados, é possível fazer um balanço das atividades do serviço de consultoria e foi dessa forma que, ao preparar minha apresentação como bolsista do projeto no XVII Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF), constatei que o tema ortografia era o quarto mais recorrente e que a maioria das dúvidas sobre esse assunto era sobre o uso do hífen. No ano seguinte, ao analisar os novos dados da planilha, pude perceber um expressivo aumento no número de dúvidas sobre esse assunto.

7.3 As dúvidas

7.3.1 Ortografia de termos específicos

Excetuando a dúvida exposta na seção seguinte, as dúvidas que chegaram ao e-mail do CEFIL que se enquadram no tema desta dissertação eram a respeito do uso ou não de hífen em termos específicos.

O primeiro procedimento para dúvidas dessa natureza é procurar os termos no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP). A ABL é a instituição que representou o Brasil no atual Acordo e a responsável por essa publicação, que é a obra máxima de referência ortográfica do país e que, portanto, deve configurar a primeira consulta para questões desse tipo. Ressalte-se, no entanto, que o VOLP não registra lexias complexas, excetuando-se as que perderam o hífen após o novo acordo (como pé de moleque).

Para grafias não contempladas pelo VOLP, deve-se buscar uma resposta em outras obras lexicográficas. O CEFIL tem um acervo com os dicionários gerais mais relevantes no Brasil, contando principalmente com Aurélio, Houaiss e Caldas Aulete. O ideal seria que estivessem também disponíveis obras terminográficas de áreas específicas para que se pudessem consultar termos específicos que não estão presentes em dicionários gerais. No entanto, para o CEFIL, a aquisição de um livro de terminologia para cada área do conhecimento é inviável.

Quando os dicionários disponíveis não dão conta de solucionar a grafia consultada, é recomendado recorrer ao texto do Acordo ortográfico da língua portuguesa (1990), mais especificamente à base XV, que dispõe sobre o hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares.

Levando-se em conta os procedimentos acima elencados, é possível separar essas dúvidas em dois grupos.

No primeiro, estão as que seriam facilmente resolvidas em consultas ao VOLP e dicionários gerais. Enquadram-se nesse grupo as dúvidas a respeito das seguintes

grafias: anterolateral, árvore de Natal, boas-vindas, bom senso, bom-tom, diretor-geral, diretor-presidente, herpes-vírus, hotel-fazenda, procurador-geral e secretário-chefe, totalizando 11 questões diferentes. Vale destacar que, mesmo que os consulentes não tivessem essas obras impressas disponíveis, poderiam fazer consultas, pelo menos, ao VOLP e ao dicionário Caldas Aulete, pois ambos estão disponíveis sem restrição de acesso (como é o caso do dicionário Houaiss, exclusivo para assinantes UOL) na internet, a qual os consulentes tiveram acesso ao enviar e-mail para o CEFIL.

No segundo, estão as que não se encontram nessas obras de referência, por serem termos muito específicos, de especialidades. Enquadram-se nesse grupo as dúvidas a respeito das seguintes grafias: citrato sintase, clínico-laboratorial, coxofemoral, fumarato redutase, loja-satélite, loja-âncora, malato desidrogenase, malato sintase e urato oxidase, totalizando 9 questões diferentes. Para esses termos, foi necessária a interpretação do texto do atual acordo ortográfico. Vale exemplificar o caso de malato desidrogenase, que será retomado no capítulo dedicado a possíveis contribuições da linguística de *corpus*.

Devido à dificuldade de interpretar o texto do acordo, tendo em vista que é imprecisa a determinação de que os elementos de uma palavra composta constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, foi necessária ajuda do professor Flávio Barbosa, responsável pelo CEFIL.

Segundo ele, se considerarmos que o par de elementos lexicais em questão possui, no caso de cada estrutura, significação própria, constituindo assim unidade sintagmática e semântica, é possível concluir que lidamos com uma nova palavra. Essa palavra designa uma enzima que toma parte em fenômenos químicos específicos (portanto, trata-se de uma inovação semântica).

Então, para o professor, como a palavra a respeito da qual se fez a pergunta se enquadra na exposição anterior, deve-se utilizar hífen em sua grafia, indicando-se que o nome dessa enzima é composto e, portanto, unidade semântica: malato-desidrogenase.

Ao utilizar, posteriormente, a ferramenta WebCorp, outro resultado foi encontrado ao analisarem-se os dados (malato desidrogenase), conforme será detalhado na seção 8.1, dedicada ao programa. O professor Flávio Barbosa, então, pediu que fosse enviado

um novo e-mail à consulente retificando o anterior e sugerindo essa grafia, citando as fontes fornecidas pelo WebCorp.

7.3.2 “Por quê?”

No dia 31/07/2013, chegou ao e-mail do CEFIL uma dúvida que ia além das questões comuns de ortografia: além de requerer a informação sobre a grafia de “bom senso”, o consulente ainda pedia uma explicação sobre o motivo da adoção do padrão indicado.

Em minhas buscas na bibliografia disponível, composta basicamente pelas gramáticas e pelos dicionários mais relevantes da língua portuguesa, pude facilmente confirmar a grafia de “bom senso” dessa forma e sua classificação como locução nos verbetes de “senso” nos dicionários. Essa classificação, no entanto, me pareceu insuficiente para sanar o questionamento do consulente. Como também não encontrei explicação satisfatória nas gramáticas, recorri ao auxílio do professor coordenador do CEFIL. Após uma pesquisa em sua biblioteca pessoal, o professor retornou com uma fundamentação do teórico francês Bernard Pottier. Segundo os critérios do autor, o termo em questão é uma lexia complexa e a esse tipo de estrutura não se aplica hífen, como pode ocorrer com as lexias compostas. Nas palavras de Pottier,

a lexia é uma unidade lexical da língua que se opõe às reuniões fortuitas no discurso; por exemplo: cavalo, cavalo-vapor, cavalo-marinho, cavalo de frisa são unidades já dadas na língua e não foram criadas pelo locutor no momento da elaboração de seu discurso (POTTIER, 1973, **lexie**).

Esse conceito de lexia admite três variedades:

- 1 Lexias simples: cadeira, para, comia;
- 2 lexias compostas: saca-rolhas, cobra-d'água, verde-garrafa, guarda-noturno;
- 3 lexias complexas: guerra fria, complexo industrial, tomar medidas, bom senso.

Além desses tipos principais, o autor ainda menciona a existência de lexias textuais, como os hinos, preces, provérbios etc.

As considerações acima ainda nos pareciam deficitárias, o que nos levou a elaborar, em conjunto, o seguinte parágrafo de conclusão para o e-mail de resposta:

Em última análise, a distinção ortográfica que faz com que lexias compostas sejam hifenizadas e lexias complexas não o sejam é convencional. Estabeleceu-se que, na grafia dos dois tipos de unidades lexicais, haveria esse tipo de diferenciação e, em alguns casos, a melhor explicação para a grafia é mesmo a convenção. Não é o que acontece, por exemplo, nos casos de combinações de verbos com substantivos, que costumam ser hifenizados (*guarda-chuva*), ou expressões preposicionadas, que não costumam ser hifenizadas (*cabeça de área*), exceto nos nomes de animais ou plantas (*rosa-do-mato*) (BARBOSA; MELO, 2013).

8 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA LINGÜÍSTICA DE *CORPUS*

De início, é importante esclarecer alguns conceitos. O primeiro é o de *corpus*. Para determinar esse conceito, foi escolhido como fonte o livro *Linguística de corpus*, de Berber Sardinha, pois, além de o autor ser a maior autoridade da área no Brasil, no subcapítulo 1.6, são citadas e comentadas diversas definições, chegando-se ao final a esta, considerada a mais completa:

Um conjunto de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise (SANCHEZ; CANTOS, 1996, p. 8-9 apud BERBER SARDINHA, 2004, p. 18).

O segundo conceito a ser esclarecido é o de Linguística de *corpus*.

A Linguística de Corpus ocupa-se da coleta e da exploração de corpora [...]. Como tal dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por computador.

Havia corpora antes do computador, já que o sentido original as palavra corpus é corpo, conjunto de documentos (conforme o dicionário Aurélio). (SARDINHA, 2004, p.3)

A popularização dos computadores possibilitou o acesso de mais pesquisadores ao processamento de linguagem natural enquanto a sofisticação do equipamento permitiu a consecução de tarefas mais complexas de forma mais eficiente, já que o aumento da capacidade de armazenamento e a introdução de novas mídias (fitas magnéticas, em vez de cartões hollerith perfurados, etc.) facilitaram a criação e manutenção de corpora em maior número. Com a entrada em cena dos microcomputadores pessoais, nos anos de 1980, uma nova onda de mudanças aconteceu, como a popularização de corpora e de ferramentas de processamento, o que contribuiu decisivamente para o reaparecimento e fortalecimento da pesquisa lingüística baseada em corpus (SARDINHA, 2004, p.4-5).

8.1 O WebCorp

O WebCorp é um recurso potencialmente muito útil para se pesquisar a grafia de termos, compostos ou locuções, cuja determinação é complexa e não pode ser

verificada em vocabulários ortográficos e nem em dicionários gerais. Segue sua descrição:

WebCorp é um conjunto de ferramentas que permitem acesso a Web como um recurso linguístico, isto é, permitem extrair fatos sobre várias línguas como se a Web fosse um corpus – o maior deles. Versões demo desse conjunto de ferramentas são disponibilizadas gratuitamente na Web a partir do endereço <http://www.webcorp.org.uk/> (ALUÍSIO; ALMEIDA, 2006, p. 162).

Tal recurso tem ainda uma vantagem para esse recorte específico em relação ao WordSmith Tools, outro conjunto de ferramentas para processamento automático de textos de amplo uso em pesquisas de Linguística de *corpus*: ele reconhece o caractere “-”, usado para representar o hífen.

Ao aplicar esse programa como subsídio para investigação de questões ortográficas que não são registradas em vocabulários ortográficos e dicionários gerais, é necessário pesquisar a ocorrência das diferentes formas de escrita possíveis dos termos consultados, por exemplo: malato desidrogenase, malato-desidrogenase e malatodesidrogenase. Digita-se a palavra que se quer procurar, seleciona-se o português como linguagem e, na opção “Add popular sites” (adicione *sites* populares) marca-se “Brazil”. Segue uma imagem ilustrativa:

Figura 1 - WebCorp

WebCorp Live
web in real-time. Concordance the

Search:

Case Insensitive: Span: 50 characters

Search API: Google Language: Portuguese

Show URLs: Pages: 64

One concordance line per web page:

Site:

Add popular sites: [clear]

UK Broadsheet Newspapers	US Academic	France
UK Tabloid Newspapers	UK Academic	Germany
French Newspapers		Italy
Greek Newspapers	Argentina	Japan
US Newspapers	Australia	Netherlands
	Brazil	New Zealand
BBC News	Canada	Spain
Wikipedia	China	UK

Word Filter:

Redefinir Search

Fonte: <http://www.webcorp.org.uk/live/index.jsp>

Como resultado nesse caso são encontradas duas ocorrências de malatodesidrogenase, uma das quais de uma fonte acadêmica (SciELO), duas ocorrências de malato-desidrogenase, ambas de um *site* de tradução (Linguee), e 22 ocorrências de malato desidrogenase, várias das quais de fontes acadêmicas (UFRGS, SciELO, Unicamp, entre outras). Ressalte-se que é sempre importante observar os textos que servem de fonte aos resultados. Para validar uma unidade terminológica como a que está em pauta, deve-se prestar atenção principalmente a ocorrências acadêmicas, que terão mais peso em relação às ocorrências de outros tipos de texto – nos casos de terminologia botânica e zoológica, por exemplo, a tradição acadêmica teve força suficiente para gerar exceções nos critérios de hifenização; portanto, era razoável considerar o mesmo fator para a terminologia química.

Isso contrariava a inferência do professor Flávio Barbosa sobre texto do acordo, que ratificou o resultado obtido nas pesquisas e pediu que fosse enviado um novo e-

mail à consulente retificando o anterior e sugerindo a grafia malato desidrogenase, com citação das fontes fornecidas pelo WebCorp.

8.2 WordSmithTools

Em seu livro *Pesquisa em Lingüística de Corpus com WordSmith Tools* (2006), Sardinha atribui à informática um papel determinante para o desenvolvimento da Linguística de *Corpus* contemporânea, ao colocar "à disposição do analista quantidades de dados antes inacessíveis". O autor destaca o WordSmith Tools dentre os softwares para lidar *corpora*.

Nas palavras do autor:

O programa WordSmith Tools é um conjunto de programas integrados ('suíte') destinado à análise lingüística². Mais especificamente, esse software permite fazer análises baseadas na freqüência e na co-ocorrência de palavras em corpora. Além disso, ele permite pré-processar os arquivos do corpus (retirar partes indesejadas de cada texto, organizar o conjunto de arquivos, inserir e remover etiquetas, etc.), antes da análise propriamente dita (SARDINHA, 2006, p. 6).

Sardinha elenca as três ferramentas que compõem o software, descrevendo suas funções:

- WordList: produz listas de palavra contendo todas as palavras do arquivo ou arquivos selecionados, elencadas em conjunto com suas freqüências absolutas e percentuais. Também compara listas, criando listas de consistência, onde é informado em quantas listas cada palavra aparece.
- Concord: realiza concordâncias, ou listagens de uma palavra específica (o 'nódulo', *node word* ou *search word*) juntamente com parte do texto onde ocorreu. Oferece também listas de colocados, isto é, palavras que ocorreram perto do nódulo.
- KeyWords: extrai palavras de uma lista cujas freqüências são estatisticamente diferentes (maiores ou menores) do que as freqüências das mesmas palavras num outro corpus (de referência). Calcula também palavras-chave chave, que são chave em vários textos (SARDINHA, 2006, p. 7).

A ferramenta chamada Concord tem relevância especial para a proposta a ser exposta nesta dissertação.

8.3 O cálculo do Escore T

Para obter a medida de associação denominada Escore t deve-se calcular primeiro a razão Observado/Esperado. Berber Sardinha descreve desta forma o conceito:

Essa medida leva em conta quantas vezes de fato duas palavras ocorreram juntas dentro do horizonte delimitado (o valor observado) e quantas vezes seria esperado que elas coocorressem (o valor esperado), dado o tamanho do corpus e a frequência de cada palavra (SARDINHA, 2004, p. 201).

A princípio, essa medida de associação foi idealizada para distinguir as associações não aleatórias de palavras das associações aleatórias. Para ilustrar o funcionamento desse processo de distinção, há no livro a aplicação de três cálculos para verificar o tipo de associação que ocorre na expressão “como exemplo”. O primeiro passo foi utilizar a parte relativa a concordâncias de programas como o Wordsmith Tools para levantar no *corpus* utilizado os colocados de “como” na primeira posição à direita, identificada no programa como R1. Uma vez levantados os valores, inicia-se o cálculo pelo do valor observado:

O valor observado é calculado como:

$$O=f(n,c)/N$$

onde $f(n,c)$ significa a frequência da ocorrência mútua do nóculo (n) e do colocado (c), e N o tamanho do corpus (SARDINHA, 2004, p. 201).

O (n) indica o número de ocorrências de “como” e o (c), o número de ocorrências de “exemplo”. Obtido o resultado, passa-se ao cálculo do valor esperado:

Ele é calculado da seguinte maneira:

$$E=f(n)/N*f(c)/N$$

onde:

$f(n)$ é a frequência do nóculo no corpus (como) [...]

$f(c)$ é a frequência do colocado no corpus (exemplo) (SARDINHA, 2004, p. 202).

Para calcular o número de vezes que a expressão “como exemplo” ocorre mais do que o esperado, divide-se o valor obtido no primeiro cálculo pelo obtido no segundo cálculo, o que se representa matematicamente pela fórmula: O/E , desconsiderando

para fins de análise os pares que resultem em frequência igual a 1. Esse último cálculo, no entanto, não é necessário para o cálculo da medida Escore t, que é a escolhida para este estudo por oferecer um parâmetro mais preciso para medir o grau de associação entre o nódulo e o colocado.

A fórmula do cálculo do Escore t é:

$$T=(O-E)/(\text{raiz quadrada de } f(n,c)/N).$$

O autor afirma que “valores de T maiores que 2 indicam, normalmente, associações não aleatórias entre palavras” (BERBER SARDINHA, 2004, p. 205). Isso me fez pensar se, partindo desse princípio, poderia haver também um valor mínimo maior do que esse para o resultado desse cálculo que pudesse indicar, além de uma associação não aleatória entre palavras, uma lexia complexa e, em seguida, um valor mínimo maior do que esse último para indicar uma lexia composta.

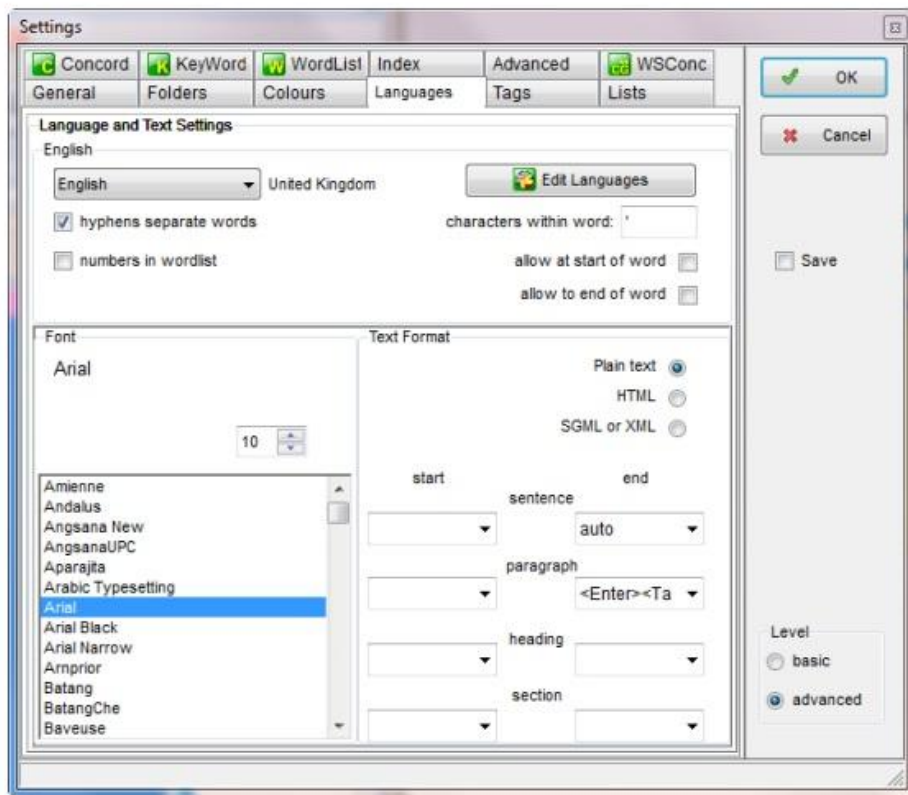
Para verificar essa primeira suposição, seria necessário, inicialmente, um *corpus* atual composto de variados textos que já adotem a nova ortografia, de preferência grande. De acordo com BERBER SARDINHA (2004, p. 26), um *corpus* considerado grande segundo abordagem histórica deve conter 10 milhões de palavras ou mais.

Em seguida deve ser selecionado um número significativo de lexias complexas que podem ter sua grafia separada confirmada nos subverbetes dedicados a locuções em edições de dicionários já atualizadas pelo novo Acordo Ortográfico. Por exemplo, no verbete de “casa” no dicionário Caldas Aulete, há vários subverbetes com lexias complexas formadas com essa palavra (casa bancária, casa civil etc.). Logo, ao utilizar o WordSmith Tools para fazer uma busca no *corpus* grande compilado para a pesquisa por concordâncias de “casa” na primeira posição à direita (R1), devem ser buscadas todas as combinações das lexias complexas encontradas nos subverbetes de “casa”. A frequência da ocorrência do nódulo sozinho (nesse caso, “casa”), a do colocado sozinho (nesse caso “bancária”, “civil”, ou qualquer uma das outras palavras que formam uma lexia complexa com casa) e a dos dois juntos devem ser calculadas para que se possa determinar o valor de T.

Com o valor de T determinado para todas as lexias complexas da pesquisa, seria possível descobrir se o valor mínimo encontrado é maior do que o valor mínimo que indica associações não aleatórias (2) e obter um número mínimo de T que indicasse a ocorrência de lexias complexas.

Se essa suposição se provar verdadeira, poder-se-á prosseguir verificando se há também um valor mínimo de T que indicaria a ocorrência de lexias compostas maior do que o valor mínimo de T encontrado para indicação de lexias complexas. Para descobrir isso, sugere-se proceder de forma similar à forma utilizada para lexias complexas, com apenas duas ressalvas: lexias compostas configuram entradas em dicionários, podendo ser encontradas em verbetes, e não em subverbetes; e, como o hífen não aparece no processamento de corpus do WordSmith Tools, deve ser marcada a opção “hyphens separate words” na aba “languages” da janela que abre ao selecionar “Adjust Settings” após selecionar “Settings” na página inicial do programa. Segue uma imagem ilustrativa para esse passo:

Figura 2 - WordSmith Tools



Fonte: WordSmith Tools 5.0.0.334 (24/01/2011)

Considero que esse recurso deve funcionar como mais um subsídio para diferenciação de compostos e locuções, ao fornecer informações quantitativas para ajudar a definir a convencionalidade de encadeamentos vocabulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de muitas idas e vindas e de muitos adiamentos, finalmente, está se consolidando um projeto de unificação ortográfica. Em vigor no Brasil desde 2008, o acordo passou a ter adoção obrigatória no dia 1º de janeiro de 2016. As críticas continuam, mas, diante de tudo o que foi exposto nesta dissertação, é possível concluir que o novo acordo se enquadra muito bem no panorama atual e significará um importante passo do mundo lusófono em direção ao progresso.

Nesta dissertação foi possível observar que a questão do hífen em compostos é anterior ao novo acordo ortográfico, que veio simplificá-la ao eliminar o uso de hífen em sinapsias, salvo nas exceções explicitadas em seu texto. A ortografia tem sido uma área da língua posta em segundo plano, assim como a descrição léxico-morfológica de compostos e locuções. As alterações ortográficas da Base XV do novo acordo vêm sublinhar que a ortografia está para além de suas bases fonéticas e etimológicas e que pode interferir em outras áreas da língua ao arbitrar sobre o uso do hífen. Mostrou-se, portanto, necessária uma revitalização nos estudos ortográficos e nos léxico-morfológicos que visem uma nova sistematização para que se delimite o lugar das sinapsias no processo de formação de palavras após as alterações estipuladas pelo atual acordo.

Faz-se necessária ainda a elaboração de um vocabulário ortográfico comum das terminologias técnicas e científicas, previsto no texto do acordo, através das instituições e órgãos competentes. Enquanto esse vocabulário não é elaborado, a linguística de corpus se verifica uma ferramenta útil para indicar o padrão utilizado em textos de referência, levando-se em conta a convencionalidade nas diversas áreas.

A quantidade de dúvidas remetidas ao CEFIL que poderiam facilmente ser dirimidas com uma simples consulta ao VOLP e a dicionários gerais evidencia a falta da prática de consulta a essas obras, sugerindo que elas deveriam ser inseridas nas práticas diárias de alunos nas escolas e cursos para a formação de usuários mais proficientes da língua, o que colaboraria para um processo menos complicado de implantação das novas regras ortográficas.

No que diz respeito particularmente ao uso do hífen em compostos, questão que tem causado maiores dificuldades, o uso da ferramenta Escore t pode ser uma boa saída para tentar perceber se há regras menos “do espírito da palavra” como dizia Bréal. Evanildo Bechara diz que as crianças em momento de aprendizagem não podem ser dificultadas no processo de apreensão das regras ortográficas do português, e regras tão etéreas sobre o emprego do hífen são um fator que corrobora para essa dificuldade. O cálculo do Escore t da maneira descrita neste trabalho sugere a possibilidade de se perceberem regras menos imprecisas para este caso, principalmente em âmbitos nos quais a tradição de usos é consolidada, como o técnico-científico. No entanto, não foi possível realizar neste trabalho a aplicação em *corpus* da ferramenta, matéria que pretendo aprofundar na continuidade de meus estudos no doutorado.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

AGÊNCIA Brasil. Linguista aponta falta de amadurecimento no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. *Estado de Minas*, Minas Gerais, 21 dez. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2012/12/21/internas_educacao,338736/linguista-aponta-falta-de-amadurecimento-no-texto-do-vocabulario-ortografico-da-lingua-portuguesa.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2014.

AILLAUD, João Pedro (Org.). *Parnaso Lusitano: ou Poesias Selectas dos Auctores Portuguezes antigos e modernos*. Tomo I. Paris: Em casa de J.P. Aillaud, 1826.

ALUÍSIO, Sandra Maria; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. O que é e como se constrói um *corpus*? Lições aprendidas na compilação de vários *corpora* para pesquisa linguística. *Calidoscópico*, v. 4, n. 3, p. 156-178, set/dez 2006.

ARAÚJO, Antonio Martins de; MARUYAMA, Toru. A hifenização em português. *Revista Idioma*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 90-107, 2015. Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/28/Idioma28_completa.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.

ARRUDA, Francisco Edmar Cialdine. Da hystoria da orthografia da ligoa portugueza. *Conhecimento Prático Língua Portuguesa*, São Paulo, p. 1-2, 13 dez. 2012. Disponível em: <<http://conhecimentopratico.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/39/artigo275026-1.asp>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

AZEREDO, José Carlos de (Coord.). *Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2010.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BIZZOCCHI, Aldo Luiz. Ortografia do português: fonológica ou etimológica? *Blog Aldo Bizzocchi*, site da revista *Língua Portuguesa*, São Paulo, mar. 2013. Disponível em: <<http://revistalingua.com.br/textos/blog-abizzocchi/ortografia-do-portugues-fonologica-ou-etimologica-280443-1.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.286. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 dez. 1945. Seção 2, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2598585/pg-8-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-12-1945/pdfView>>. Acesso em: 10/08/2015.

BECHARA, Evanildo. *O que muda com o novo acordo ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

_____. Empregos do hífen após o acordo ortográfico. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/empregos-do-hifen-apos-o-acordo-ortografico>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. O não emprego do hífen nas locuções (2). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, s.p., 15 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/o-nao-emprego-do-hifen-nas-locucoes-2>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. O não emprego do hífen. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, s.p., 08 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/o-nao-emprego-do-hifen>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Gargalo e outras expressões. *O Dia*, Rio de Janeiro, 30 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/gargalo-e-outras-expressoes>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Mojimirim e Mojiguaçu. *O Dia*, Rio de Janeiro, 19 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/mojimirim-e-mojiguacu>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Mais alguns casos de hífen. *O Dia*, Rio de Janeiro, 19 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/mais-alguns-casos-de-hifen>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística general*. México D.F./Madrid: siglo veintiuno editores, 1999.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de fatos gramaticais*. Rio de Janeiro: ed. da Casa Rui Barbosa, 1956.

_____. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2015

CARVALHO, José G. Herculano. Ortografia e as ortografias do português. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 13, 1. semestre. 1997. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/?p=2438>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

CASTORINO, Márcio (Org.). *Depoimento Antonio Houaiss ABL*. Rio de Janeiro: BDA, TVE - Canal 2, Funtevê, 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=loMDRWpIVil>. Acesso em: 01 ago. 2014.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

CONSULTORES do VOP. Critérios de aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990). *Vocabulário Ortográfico do Português*. Correia, Margarita (Org.). Lisboa: ILTEC, 2012. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=vop&&page=crit2>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1984].

FERNANDES, Ana Paula. A história da ortografia do português do Brasil. In.: CONGRESSO DE LETRAS DA UERJ, 2., 2005, São Gonçalo, RJ. *Anais ...São Gonçalo*: UERJ, 2005. Volume único.

FEYJÓ, João de Moraes Madureyra. *Orthographia /ou/ Arte de Escrever, /e/ Pronunciar com Acerto /a/ Língua Portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1802.

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa I – Séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo: Ática, 1989.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Fonética, fonologia e ortografia: estudos fono-ortográficos do português*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

HENRIQUES, Claudio Cezar et al. O Centro Filológico Clóvis Monteiro: origens e atualidade. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 60, 2014

HOUAISS, Antonio; VILAR, Mauro de Sales. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IDIOMA. Rio de Janeiro: Centro filológico Clóvis Monteiro, UERJ, n. 1, jun. 1981.

INSTITUTO Internacional da Língua Portuguesa (Coord.). *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*. 2015. Disponível em: <http://voc.cplp.org/index.php>. Acesso em: 01 fev. 2016.

LAVRADO, David Gonçalves. História da Ortografia da Língua Portuguesa. *Revista CADE-FMJ*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 131-135, 2000. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/FMJRJ/coordenadoria_pesq/Revista_CADE/CADE_2/historia_ortografia.doc>. Acesso em: 01 ago. 2014.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Escrita do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*: fonética ou ortográfica? *Filologia e linguística portuguesa*, São Paulo, n. 2, p. 159-178, 1998. Disponível em: < www.revistas.usp.br/flp/article/view/59663>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. Campinas: Pontes, 2002.

MORENO, Cláudio. Não compre o novo VOLP! *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 maio 2009. Caderno de Cultura. Disponível em: <http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=935305&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=505373>. Acesso em: 01 ago. 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura. O acordo ortográfico da língua portuguesa e a meta de simplificação e unificação. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 87-113, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502010000100004>. Acesso em: 01 ago. 2014.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Como e quando interferir no comportamento linguístico do aluno. In: JÚDICE, Norimar; TROUCHE, Lygia; MONNERAT, Rosane; BITTENCOURT, Terezinha (Org.). *Português em debate*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 65-82.

_____. Ortografia e unidade lusófona. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 3., 2011, Macau, China. *Simpósio 21 – Terminologia linguística, acordo ortográfico e ensino de português: soluções e problemas*. Macau: [s.n.], 2011.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. O equilíbrio da grafia. *Contraponto*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 66, p. 17-22, nov. 2012. Disponível em: <exaluibc.org.br/contraponto/contraponto_11_2012.rtf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. *Manual da boa escrita: vírgula, crase, palavras compostas*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

PITA, Luiz Fernando Dias. Ortografia da língua portuguesa: algumas considerações. *Revista Idioma*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 64-74, 2001. Disponível em: <<http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/21/idioma21.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

POTTIER, Bernard. *Le Langage*. Paris: Denoel, 1973.

_____. *Linguistique générale: théorie et description*. Paris: Éditions Klincksieck, 1974.

SAID ALI IDA, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Proprietária, 1931.

SALVADOR, Roberto (Org.). *7º ciclo de Conferências: A consolidação do acordo ortográfico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, 2012. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=roUTTSf0nXQ>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SARDINHA, Tony Berber. *Lingüística de Corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

_____. *Pesquisa em Lingüística de Corpus com WordSmith Tools*. [não publicado], 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1949.

SCARTON, Gilberto; WERTHEIMER, Ana Maria. Deixem o hífen em paz. SCARTON, Gilberto. *Guia de produção textual: assim é que se escreve...* Porto Alegre: PUCRS, FALE/GWEB/PROGRAD, 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/gpt>>. Acesso em: 27 set. 2013.

SCHIO, Regina. Algumas alterações ocorridas na ortografia portuguesa desde 1911 até o acordo de 2009. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 18, n. 53, maio/ago. 2012.

SILVA, José Pereira da. Um século de ortografia oficial da língua portuguesa. XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e realizado no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 9-20, 2011. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/minicursos/01.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SILVA, Maurício. Reforma ortográfica e nacionalismo linguístico no Brasil. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 15, 1999. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5\(15\)58-67.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5(15)58-67.html)>. Acesso em: 01 ago. 2014.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2011.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia Nacional*. Livraria Editora: Lisboa, 1904.